ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) DIRETOR(A) DA SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ (SEMAS/PA)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/0000026869
AUTO DE INFRAÇÃO – AUT Nº 1-S/22-06-00686

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM, inscrito no CPF sob o nº 844.581,512-15, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 264, Bairro Bom Jesus, CEP 68.675 -000, Castanhal, Pará, vem, respeitosamente, por meio de seu advogado abaixo subscrito, com fundamento no artigo 34º, inciso II, c/c artigo 47º, §1º e 2º, todos da Lei Estadual Nº 9.575/ 2022, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO

Em face do Julgamento de Auto de Infração, referente ao PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/0000026869, decorrente da lavratura do Auto de Infração – **AUT Nº 1-S/22-06-00686**, o que faz pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidos.

Requer seja concedido o efeito suspensivo ao presente recurso, pois, presente o justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação (artigo 47º, §1º e 2º, todos da Lei Estadual Nº 9.575/ 2022), e seja encaminhado ao órgão superior para julgamento, cujas razões seguem acostas.

Termos em que pede e espera deferimento.

Belém-PA, 10 de maio de 2024.

WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS
OAB/PA 18.934

MÁRCIA CRISTINA EVER DE ALMEIDA
OAB/PA 27.912

ILUSTRÍSSÍMO (A) PRESIDENTE DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS AMBIENTAIS (TRA) DA SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ (SEMAS/PA)

RECORRENTE: FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM

ADVOGADOS (AS): WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS (OAB/PA 18.934)

MÁRCIA CRISTINA EVER DE ALMEIDA (OAB/PA 27.912)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/0000026869

AUTO DE INFRAÇÃO: AUT Nº 1-S/22-06-00686

NOTÁVEIS MEMBROS DA CÂMARA RECURSAL

ILUSTRE RELATOR (A)

RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

1. DA TEMPESTIVIDADE

Primeiramente, cumpre destacar que o presente recurso é tempestivo, vez que a comunicação do Julgamento de Auto de Infração (Notificação Nº 171109/CONJUR/2024) e o Parecer Jurídico PJ Nº: 35239/CONJUR/GABSEC/2024, foram recebidas pela empresa autuada no dia 13/03/2024.

Diante disso, cabe frisar as disposições contidas nos artigos 33º e 34º, II, ambos da Lei Estadual Nº 9.575/2022, que dispõem, respectivamente, que os prazos processuais são contados em dias úteis, começando a correr a partir da data da notificação, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia do vencimento, e para apresentação do Recurso da decisão de 1ª Instância, o prazo é de até 20 (vinte) dias. Vejamos a disposição dos dispositivos legais mencionados:

> Art. 33º Os prazos processuais contam-se em dias úteis e começam a correr a partir da data da notificação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
> Art. 34º Aplica-se ao processo administrativo para apuração de infração ambiental os seguintes prazos máximos:
> [...]
> II - 20 (vinte) dias para o infrator recorrer da decisão de primeira instância;
> [...]

Desse modo, tendo em vista a data de recebimento da notificação de julgamento, contados os dias úteis, descontados os pontos facultativos nos termos do Decreto Estadual nº 3.640/2024, bem como considerando a data do protocolo do presente recurso, temos que é cristalina sua tempestividade.

II. DA SÍNTESE DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL E DA DECISÃO ADMINISTRATIVA GUERREADA

Primeiramente, cabe destacar que o AUTO DE INFRAÇÃO: AUT Nº 1-S/22-06-00686, lavrado em 20/06/2022, em face de FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM, informa a seguinte descrição da suposta infração: "a constatação do exercício de Captação de águas subterrâneas, em face de perfurar 1 (um) poço tubular semi-artesiano para extração de água subterrânea sem a devida autorização pelo órgão ambiental competente.".

Somado a isso, o AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/22-06-00686 traz o seguinte enquadramento para a suposta infração: contrariando o art. 81, incisos IV e VI da lei estadual 6.381/2001 e em consonância com o art. 66 do Decreto Federal 6514/2008, art. 118, inciso IV da lei federal n° 9605/1998 e art. 225 da Constituição Federal de 1998. E, ao final, o auto de infração informa que o autuado sujeita-se as penalidades previstas no artigo 16, Incisos IV, parágrafo único, art. 17, parágrafo I da Lei Estadual nº 9.575/2022, cujo o recolhimento

deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II;120, I; 122, I, todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.

Ademais, informa o auto de infração que este teria sido gerado com base no Relatório Técnico nº 15907/GEOUT/2021, contante no Documento nº 41120/2021 traz o seguinte levantamento de cumprimento de condicionantes:

> Durante avaliação do Processo nº 26869/2022, protocolado em 10/08/2022, o qual Dispensa Outorga de Direito para captação de água subterrânea em 1 (um) poço tubular semi-artesiano, no município de Vigia, identificou-se que o empreendimento em questão obteve a Outorga nº 2234/2016 (Processo nº 28976/2013), com validade até 21/03/2020, sendo solicitada a renovação do poço com antecedência mínima de 180 dias no prazo de termino de sua vigência.
>
> Quanto ao cumprimento dos itens condicionados na mesma, constatou-se que:
>
> - O item 1 (prazo de 90 dias) realizar Cadastros Estadual de Recursos Hídricos – CERH, conforme determina o Decreto Estadual n° 1.227/2015;
>
> - O item 2 (Prazo de 120 dias) instalar hidrômetro na tubulação de saída do poço, apresentando as especificações técnicas do equipamento e encaminhar registro fotográficos, com vista detalhe e panorâmica, após a instalação do mesmo;
>
> - O item 3 (Prazo de 365 dias) as análises físico-químicas e bacteriológicas da água coletada na saída do poço, contendo os parâmetros: bicarbonato, cálcio, carbonatos, cloreto, coliformes, fecais, coliformes totais, condutividade elétrica, dureza total, ferro total, fluoreto, magnésio, manganês, nitrato expresso em N, pH, potássio, sódio, sólidos totais dissolvidos, sulfatos e temperaturas.

Posteriormente, o Parecer Jurídico PJ Nº: 35239/CONJUR/GABSEC/2024, considera, em síntese, que na Defesa do autuado, o empreendimento em questão realizou o cadastro dos títulos de Dispensa de Outorga no SIGERH sem ter realizado o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH, é um documento técnico especifico exigido no ato do cadastro, sendo que, quando o empreendimento não possui o

CNARH, mesmo é solicitado como condicionante do Título. Relata ainda o Parecer Jurídico que "o autuado está colaborando com a fiscalização, a solicitação de DDO e CNARH aos órgãos competentes [...]".

Ademais, o Parecer Jurídico PJ Nº35239/CONJUR/GABSEC/2024 informa que o autuado supostamente teria contrariando o Art. 81, Inciso IV e VI, da Lei Estadual nº 6.381/2001 e do Art. 66, do Decreto Federal n° 6.514/2008, enquadrando-se no Art. 118, Inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, em consonância com o Art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998 e do Art. 225, da Constituição Federal 1988.

Somado a isso, o Parecer Jurídico PJ Nº35239/CONJUR/GABSEC/2024, na gradação da pena recomendando a aplicação da penalidade de multa simples fixada em 900 UFP'S, já considerado o desconto das atenuantes previstas no art. 16, inciso IV parágrafo único incisos I e II e 17, incisos I, ambos da Lei Estadual n° 9.575/2022.

Por fim, o Parecer Jurídico PJ Nº35239/CONJUR/GABSEC/2024, conclui sua manifestação nos seguintes termos:

> Ante o exposto, esta Consultoria Jurídica manifesta-se pela manutenção do Auto de Infração n.º **AUT nº 1-S/22-06-00686**, em face de **FRANCISCO MARCIO PARNAÍBA CRISPIM**, em razão da constatação da infração ambiental consistente no art. 81 inciso IV e VI da Lei 6381/2001 c/c art. 66 do Decreto Federal 6514/2008, art 118, inciso IV da lei estadual 5887/1995, art. 70 da Lei nº 9.605/1998 e o art. 225 da Constituição Federal, sugerindo que seja aplicada a penalidade de **MULTA SIMPLES**, no valor de **900 UPF'S**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, cabendo como opção a conciliação no que tange à multa imposta junto ao núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM, nos termos do decreto estadual n.º 2.856/2023. (grifos no original).

Porém, conforme demonstrado na Defesa Administrativa, ficou claro que o fim geral perseguido pelas condicionantes da Declaração de Dispensa de

Outorga fora atendido. Pois, a houve o atendimento das condicionantes mencionadas, conforme os fatos e fundamentos sustentados da Defesa Administrativa apresentada, razão pela qual o Auto de Infração n.º AUT-1-S/22-06-00686 não merece prosperar.

Nesse contexto, a Defesa Administrativa apresentada, em breve síntese, informou que o auto de infração impugnado se sustenta em que o empreendimento realizou o cadastro dos títulos de Dispensa de Outorga no SIGERH sem ter realizado o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, sendo que, quando o empreendimento não possui o CNARH, o mesmo é solicitado como condicionante de título, requer que haja conversão da multa em advertência, vez que houve o atendimento de todas as condicionantes exigidas pela Dispensa de Outorga, estando anexos à Defesa os protocolos demonstrando o cumprimento das condicionantes.

Diante disso, entendemos que a autoridade julgadora não procedeu a correta análise dos autos, razão pela qual a decisão merece reforma, conforme os fatos e fundamentos expostos a seguir.

III. DAS PRELIMINARES

III.1 – DA NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR VIOLAÇÃO AOS PRINCIPIOS DA LEGALIDADE, DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

Em primeiro lugar, importa frisar que todo procedimento administrativo, assim como qualquer ato processual deve ser conduzido em observância aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, sob pena de nulidade.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 traz expressa previsão em seu texto legal (artigo 5º, inciso LV, CF/1988) de que todo trâmite, seja judicial

ou administrativo, deve ser conduzido de forma a garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa aos acusados em geral, vejamos:

> Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> [...]
> LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
> [...]

Ademais, a Carta Magna de 1988 traz ainda princípios basilares à toda a administração pública, incluindo os Estados, sendo um desses princípios corolários o princípio da publicidade, nos termos do contido no artigo 37, *caput*, CF/1988, que determina:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]

Além disso, em âmbito estadual, cabe frisar que quando o AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/22-06-00686 foi lavrado, no dia 10/08/2022, a norma reguladora do processo administrativo ambiental, a lei 5.887/95 sancionadora vigente no momento em que o fato criminoso foi praticado, resguardando a anterioridade da lei penal. Excepcionalmente, admite-se a extra-atividade da lei, ou seja, a lei pode se movimentar no tempo

Posteriormente, as disposições acerca de processo administrativo ambiental na LEI ORDINÁRIA Nº 5.887/1995 foram revogadas com o advento da LEI Nº 9.575/2022.

Nesse contexto, considerando o princípio do "*tempus regit actum*", ou "o tempo rege o ato", faz-se necessário considerar que a formulação e prolação do ato administrativo referente ao auto de infração aqui pugnado para que fosse

considerado como um ato jurídico perfeito deveria observar as normas regulamentares do tempo/momento em que foi prolatado, no caso, as disposições estabelecidas na LEI ORDINÁRIA Nº 5.887/1995. **O que não ocorreu no presente caso, sendo imperioso o reconhecimento de sua nulidade, conforme explanado a seguir.**

A LEI ORDINÁRIA Nº 5.887/1995 determinava em seu artigo 118, inciso IV, que o auto de infração deveria conter:

> Art. 118. Considera-se infração administrativa qualquer inobservância a preceito desta Lei, das Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente e da legislação ambiental federal e estadual, especialmente as seguintes
> [...]
> IV – a penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição tudo registrado com clareza e precisão, para os mesmos fins de plena defesa;

Ademais, cabe ainda informar que a LEI ORDINÁRIA Nº 5.887/1995 trazia ainda a possibilidade de pagamento com redução de 20% (vinte por cento) do valor da penalidade de multa indicada, caso o autuado realizasse o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que foi notificado, e sendo efetuado o pagamento nesse prazo implicaria em renúncia tácita de defesa ou recurso pelo autuado, nos termos do artigo 142, parágrafo único, da referida lei.

Ocorre que, no caso em exame, não foi informado ao autuado de qual a penalidade que estava sendo imposta em virtude da suposta infração praticada, não sendo sequer oportunizado ao autuado ponderar sobre a possibilidade de pagamento de multa com redução, pois não lhe foi informado que a penalidade indicada seria a de multa simples, violando frontalmente os princípios da legalidade, do contraditório e da ampla defesa.

Pois, o auto de AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/22-06-00686 não traz em nenhum momento a indicação de penalidade, trazendo apenas a menção de que

o autuado estaria sujeito as penalidades previstas nos artigos , e informando do prazo legal para apresentação de defesa, nos seguintes termos (íntegra do documento nos autos do processo administrativo ambiental em tela):

Do mesmo modo, a Notificação Nº 149774/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2021, que notificou o autuado dos termos do auto de infração em comento, também não trouxe qualquer menção da penalidade indicada no caso em exame, vejamos (íntegra do documento nos autos do processo administrativo ambiental em tela):

> Pelo presente instrumento, fica a empresa **CASTANHAL COMÉRCIO DE POLPAS LTDA-ME** notificado de acordo com os autos do processo administrativo punitivo n° **2021/0000033370,** no qual consta o auto de infração n°**AUT-1-S/21-09-00857**, lavrado na sede desta secretaria, em face de deixar de cumprir os itens 7, 8 e 9 das condicionantes no verso da Outorga nº 2234/2016, contrariando as exigências do órgão ambiental competente. Contrariando o Art. 66, Parágrafo único, Inciso II do Decreto Federal nº 6.514/2008 Art. 81, inciso III e VI, da Lei Estadual nº 6.381/2001; enquadrando-se no Art. 118, Inciso I e VI da Lei Estadual nº 5.887/1995, em consonância com o Art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998 e Art. 225, da Constituição Federal 1988.
>
> O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de ciência da presente notificação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.
>
> Esta notificação, juntamente com uma via do Auto de Infração será encaminhada via Correios.

Assim, é flagrante no caso em exame a violação aos princípios da legalidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, pois, o AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/21-09-00857 e a Notificação Nº 149774/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2021, não trazem menção a

penalidade indicada no auto de infração, violando o princípio da legalidade, notadamente com o não cumprimento do disposto no artigo 137, inciso IV, da LEI ORDINÁRIA Nº 5.887/1995; bem como violando os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, não oportunizando ao autuado ter ciência de qual seria a penalidade a qual teria que defender-se.

Além disso, cabe ainda frisar que o fundamento legal indicado no AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/21-08-00773, informando que o autuado estaria sujeito as penalidades previstas no artigo 119, incisos I ao XIII, da Lei Estadual nº 5.887/1995, além de violar os princípios já mencionados acima, violou ainda os princípios da motivação, segurança jurídica e da especialidade da norma, em virtude dos fatos e fundamentos dispostos no tópico a seguir.

Diante do exposto, é imperioso o reconhecimento da nulidade do AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/21-09-00857 e do processo administrativo dele decorrente, em razão das graves violações aos princípios constitucionais da legalidade, devido processo legal, ampla defesa e contraditório.

III.2 - DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO PELA VIOLAÇÃO AOS PRINCIPIOS DA MOTIVAÇÃO, SEGURANÇA JURÍDICA E ESPECIALIDADE DA NORMA

Ainda em âmbito preliminar, conforme mencionado acima, temos que o AUTO DE INFRAÇÃO: **AUT-1-S/21-09-00857**, além de violar os princípios já mencionados no tópico anterior, violou ainda os princípios da motivação, segurança jurídica e da especialidade da norma, em virtude dos fatos e fundamentos a seguir informados.

O auto de infração ambiental como ato emanado do poder de polícia ambiental, é ato administrativo que deve observar os princípios administrativos de forma geral, tais como o princípio da motivação, nos termos do artigo 50 da Lei Federal nº 9.784/1999.

Além disso, outro princípio que merece destaque no presente caso, é o princípio da segurança jurídica. Pois, este é princípio geral do Direito e orientador dos atos administrativos de forma geral. Nesse contexto, no âmbito das infrações de natureza ambiental, considera-se que haverá violação ao princípio da segurança jurídica e das regras constitucionais de competência em matéria ambiental quando o ente estadual ou municipal, mesmo possuindo legislação própria, deixa de aplicar a legislação específica e utiliza a legislação geral federal.

Essa violação decorre da disposição de competência concorrente prevista no artigo 24, incisos VI, VII e VIII, da Constituição Federal de 1988, atribuindo à União, Estados e Distrito Federal a competência concorrente de legislar sobre as seguintes temáticas:

> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
> VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
> VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
> VIII - responsabilidade por danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
> [...]

Diante disso, sendo a competência concorrente em matéria ambiental, havendo legislação específica em âmbito estadual sobre recursos naturais, recursos hídricos e infrações administrativas, o Estado não pode afastar a aplicação da lei estadual e aplicar a legislação federal no caso concreto, devendo aplicar a norma federal de caráter geral em caso de lacuna ou inexistência de norma local que discipline a temática.

Assim, vale observar que o Estado do Pará possui um vasto regramento em matéria ambiental, cabendo destacar: Política Estadual do Meio Ambiente

(Lei Ordinária Nº 5.887/1995), Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Ordinária Nº6.381/2001), e Lei Nº 9.575/2022, estabelecendo o processo administrativo ambiental e as sanções cabíveis.

Ocorre que, no presente caso, apesar da vasta legislação estadual acerca da temática ambiental, a suposta infração ambiental objeto do auto de infração questionado, traz como fundamento legal não apenas a legislação estadual, mas também a norma federal de caráter geral, conforme observa-se no enquadramento contido no auto de infração, dispondo:

ENQUADRAMENTO
CONTRARIANDO Art. 66, Parágrafo único, Inciso II, Da/Do Decreto Federal n° 6.514/2008 Art. 81, Inciso III e VI, Da/Do Lei Estadual nº 6.381/2001
ENQUANDRANDO-SE Art. 118, Inciso I e VI, Da/Do lei Estadual n° 5.887/1995
EM CONSONÂNCIA Art. 70, Da/Do lei Federal n° 9.605/1998 Art. 225, Da/Do Constituição Federal 1988

Além disso, o Parecer Jurídico PJ Nº 34452/CONJUR/GABSEC/2023 também está traz menção aos dispositivos legais de normas federais supostamente violados, concluindo sua manifestação nos seguintes termos:

> Ante o exposto, esta Consultoria Jurídica manifesta-se pela manutenção do Auto de Infração n.º **AUT nº 1-S/21-09-00857**, em de **CASTANHAL COMÉRCIO DE POLPAS LTDA ME**, em razão da constatação da infração ambiental consistente no art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 e art. 81 inciso III da Lei 6381/2001, em consonância com o art. 70 da Lei nº 9.605/98 e o art. 225 da Constituição Federal, sugerindo que seja aplicada a penalidade de **MULTA SIMPLES**, no valor de **7.500 UPF'S**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da ciência de sua imposição, cabendo como opção a conciliação no que tange à multa imposta junto ao núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM, nos termos da Lei estadual n.º 9.575/2022. (grifos no original).

Assim, não há dúvidas de que quando o auto de infração fora lavrado e quando o parecer jurídico citado foi proferido, apesar da farta legislação estadual em matéria ambiental e de recursos hídricos, não sendo caso de inexistência de norma local ou lacuna da norma, o órgão ambiental utilizou como fundamento para o enquadramento e aplicação da suposta infração e indicação de penalidade a norma federal, não observando assim as regras constitucionais de competência concorrente, trazendo confusão ao autuado sobre qual ordenamento jurídico a suposta infração ambiental estaria amparada, violando assim os princípios da motivação e da segurança jurídica.

Além disso, cabe ainda frisar que o fundamento legal indicado no AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/21-09-00857, informando que o autuado estaria sujeito as penalidades previstas no artigo 119, incisos I ao XIII, da Lei Estadual nº 5.887/1995, além de violar os princípios já mencionados no tópico anterior, violou ainda os princípios da motivação, segurança jurídica e da especialidade da norma.

Pois, como já informado, o Estado do Pará possui uma vasta legislação em matéria ambiental e de utilização dos recursos naturais, incluindo a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual Nº 6381/2001). E essa norma possui regramento específico acerca das penalidades os quais estão sujeitos os infratores em matéria de recursos hídricos, determinando em seu artigo 82 que:

> **Art. 82. Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração do Estado, ou pelo não-atendimento das solicitações feitas, o infrator, a critério da autoridade competente, ficará sujeito às seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:**
>
> **I – advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para correção das irregularidades;**
>
> **II – multas simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de 100 (cem) a 100.000 (cem mil) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF– PA;**

> III – embargo provisório, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos;
>
> IV – embargo definitivo, com revogação da outorga, se for o caso, para repor incontinente, no seu antigo estado, os recursos hídricos, leitos e margens, nos termos dos arts. 58 e 59 do Código de Águas, ou tamponar os poços de extração de água subterrânea.
>
> [...]
>
> (grifo nosso)

Assim, tendo em vista o princípio da especialidade da norma, havendo norma especial acerca de infrações que envolvem recursos hídricos, o fundamento legal indicado para a penalidade o qual o atuado estaria sujeito no presente caso deveria estar descrito no auto de infração de acordo com a norma mais específica (Lei Estadual Nº 6381/2001).

Isso porque, o princípio da especialidade da norma é um conceito fundamental do Direito que estabelece que, como regra, uma norma jurídica especial prevalece sobre uma norma geral quando ambas tratam do mesmo assunto, buscando uma aplicação sistemática e harmônica das normas legais, além de trazer maior segurança jurídica ao disciplinar com maior especificidade determinado assunto.

Ocorre que, no presente caso o AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/21-09-00857, além de não informar ao autuado qual seria a penalidade a ser aplicada, ainda informou o fundamento legal sobre as possíveis penalidades de forma incorreta, dispondo que o autuado estaria sujeito as penalidades previstas no artigo 119, incisos I ao XIII, da Lei Estadual nº 5.887/1995, sem considerar que o disposto no artigo 82 da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual Nº 6381/2001), que disciplina de forma específica acerca das penalidades os quais estão sujeitos os infratores em matéria de recursos hídricos.

Inclusive, no Parecer Jurídico retro informado, não há qualquer menção ao disposto no artigo 82 da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual Nº 6381/2001), sendo utilizado na gradação da pena a utilização do artigo 66 do Decreto Federal nº 6.514/2008, recomendando como penalidade a ser aplicada a de multa simples fixada em 7.500 UPF's.

Ademais, nota-se um descompasso na tipificação da suposta infração entre o auto de infração e o parecer jurídico retro informados. Pois, o enquadramento apontado no auto de infração faz referência a suposta contrariedade do Art. 66, Parágrafo único, Inciso II, do Decreto Federal n° 6.514/2008 e Art. 81, Inciso III e VI, da Lei Estadual nº 6.381/2001, Art. 118, Inciso I e VI, Da/Do lei Estadual n° 5.887/1995, em consonância ainda com o Art. 70, da lei Federal n° 9.605/1998 e Art. 225, da Constituição Federal 1988. Porém, o Parecer Jurídico, menciona o suposto descumprimento do artigo 66, *caput*, do Decreto Federal n. 6514/2008.

Ou seja, o AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/21-09-00857 encontra-se totalmente maculado de nulidade, ao não indicar qual seria a penalidade do autuado, limitando-se a informar dispositivo legal genérico e incorreto sobre as possíveis penalidades, sem mencionar como fundamento legal a Política Estadual de Recursos Hídricos.

Nulidades essas que são repetidas, em parte, no Parecer Jurídico PJ Nº 34452/CONJUR/GABSEC/2023, que traz como fundamento para gradação da pena a utilização do artigo 66 do Decreto Federal nº 6.514/2008, sem informar por qual motivo não teria sido mencionado Parágrafo único e Inciso II, do artigo 66 do Decreto Federal n° 6.514/2008, incialmente informado no auto de infração, bem como sem qualquer menção ao contido no artigo 82 da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual Nº 6381/2001), que é a lei especifica acerca de utilização de recursos hídricos no estado do Pará.

Diante do exposto, é imperioso o reconhecimento da nulidade do AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/21-09-00857 e do processo administrativo dele decorrente, incluindo o Parecer Jurídico nº 34452/CONJUR/GABSEC/2023, em razão das graves violações aos princípios da motivação, segurança jurídica e especialidade da norma.

IV. DO MÉRITO

IV.1 - DA ATIPICIDADE DA CONDUTA

No mérito, como já informado na Defesa Administrativa apresentada, entendemos que data vênia ao disposto no auto de infração em tela, não houve a ocorrência de infração administrativa ambiental com condão de responsabilização da empresa autuada. Pois, conforme demonstrado na Defesa Administrativa, ficou claro que o fim geral perseguido pelas condicionantes da Outorga nº 2234/2016 fora atendido pela recorrente.

Nesse cenário, conforme já demonstrado na síntese dos processos, a Defesa Administrativa apresentada informou que o auto de infração impugnado se sustenta em suposta inobservância dos itens sete, oito e nove das condicionantes da Outorga nº 2234/2016, o que não é compatível com a realidade dos fatos, vez que houve o atendimento de todas as condicionantes exigidas pela Outorga, estando anexos à Defesa os protocolos demonstrando o cumprimento das condicionantes.

No que concerne ao item 7, referente aos laudos de análises físico-químicas e bacteriológicas dos anos de 2017, 2018, 1º (primeiro) semestre de 2019 e 2020, estavam anexos à Defesa Administrativa (DOCS ITEM 07). Dom mesmo modo, em relação ao item 8, a Defesa Administrativa informa que os laudos de limpeza de desinfecção do poço, referente ao ano de 2020, também foram anexos os comprovantes na referida Defesa (DOCS ITEM 08); cabendo ressaltar que os Laudos de Limpeza e Desinfecção do Poço 01, 02 e 03 já haviam sido devidamente

protocolados junto a esta Secretaria por intermédio do Ofício nº 277-2020, protocolado em 14/07/2020, sendo informado no documento que este referia-se a cumprimento de condicionante da Outorga nº 2234/2016, mas não fora devidamente anexado pelo órgão ambiental ao processo correspondente.

Em relação ao item 9, a Defesa Administrativa informa que os acompanhamentos dos volumes captados do poço, referente ao período de setembro a dezembro de 2019 e janeiro a março de 2020, também foram anexos à referida Defesa (DOCS ITEM 09).

Além disso, cabe frisar ainda o total descabimento de lavratura de auto de infração no presente caso, com base em alegação de descumprimento das condicionantes da Outorga nº 2234/2016, com validade até 21/03/2023, tendo em vista os próprios termos das condicionantes 7, 8 e 9 informados na outorga, dizendo que (documento):

> Prazo de 1280 dias
>
> **Informamos que as condicionantes abaixo descritas deverão ser realizadas nos prazos estabelecidos, no entanto, o encaminhamento dos laudos, devidamente assinados por técnicos habilitados, deverá ser realizado somente no processo de renovação da referida Outorga.**
> **Ocorre a cada 180 dias até o prazo de renovação desta Outorga:**
> 7. Realizar monitoramento da qualidade da água dos poços através de análises físico-químicas e bacteriológicas para os parâmetros: odor, condutividade elétrica, alcalinidade total, cloreto, cálcio, dureza total, nitrato expresso em N, cor, pH, ferro, sulfatos, potássio, bicarbonato, nitrito expresso em N, sabor, temperatura, manganês, sódio, magnésio, sólidos totais dissolvidos, coliformes totais e coliformes termotolerantes;
> **Ocorrem a cada 365 dias até o prazo de renovação desta Outorga:**
> 8. Realizar limpeza e desinfecção dos poços por empresa credenciada no CREA/PA, conforme a Decisão Normativa do CONFEA n° 0059/1997;
> 9. Realizar o acompanhamento dos volumes captados de acordo com o ANEXO II disponível no site da SEMAS.
> **OBRIGAÇÃO:**
> - Realizar o Cadastro Estadual de Recursos Hídricos - CERH, conforme determina o Decreto Estadual nº 1.227/2015. Este deverá ser realizado no site www.semas.pa.gov.br/tfrh.

Logo, da simples leitura do contido na Outorga nº 2234/2016 consta a informação de que o encaminhamento dos laudos, com assinatura de técnicos habilitados, deveria ser realizado somente no processo de renovação da referida Outorga.

Assim, não há qualquer fundamentação para lavratura e manutenção do AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/21-09-00857, vez que não houve descumprimento das condicionantes 7, 8 e 9, da Outorga nº 2234/2016, conforme demonstrado na Defesa Administrativa apresentada e frisado no presente Recurso.

Ademais, a critério de argumentação, vale frisar que o simples protocolo do cumprimento da condicionante em período posterior, não teria o condão de acarretar violação à norma ambiental, haja vista que as condicionantes foram cumpridas na medida em que a finalidade da norma foi cumprida.

Nesse cenário, cabe observar que a finalidade de todo o sistema de proteção ambiental trazido no ordenamento jurídico pátrio, que possui como base o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, possui como cerne proteger e tutelar o bem jurídico ambiental para as presentes e futuras gerações. Assim, fazendo a interpretação da norma, temos que o objetivo principal do sistema de proteção ambiental é assegurar a qualidade de vida da presente e das futuras gerações, devendo os danos ambientais serem combatidos e os riscos ambientais mitigados.

Ou seja, analisando o cerne da norma ambiental, temos que não ocorreu no caso em tela qualquer tipicidade da conduta praticada, vez que não houve o descumprimento dos itens 7, 8 e 9 das condicionantes da Outorga nº 2234/2016, não existindo razão para lavratura e manutenção do AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/21-09-00857, devendo ser julgado insubsistente o auto de infração guerreado e a decisão condenatória ser cancelada.

IV.2 - DA ALTERAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA SIMPLES EM ADVERTÊNCIA

Por fim, de forma subsidiária, a recorrente, com base nos princípios da razoabilidade, considerando que a empresa recorrente não reincidente e prima por realizar suas atividades de acordo com os ditames legais, na remota hipótese de manutenção do auto de infração, é medida de justiça que a penalidade aplicada de multa simples seja alterada para a penalidade de advertência.

Conforme já informado acima, a Política Estadual dos Recursos Hídricos, possui regramento específico acerca das penalidades os quais estão sujeitos os infratores em matéria de recursos hídricos, determinando em seu artigo 82 que:

> **Art. 82. Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração do Estado, ou pelo não-atendimento das solicitações feitas, o infrator, a critério da autoridade competente, ficará sujeito às seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:**
> **I – advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para correção das irregularidades;**
> **II – multas simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de 100 (cem) a 100.000 (cem mil) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF– PA;**
> III – embargo provisório, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos;
> IV – embargo definitivo, com revogação da outorga, se for o caso, para repor incontinente, no seu antigo estado, os recursos hídricos, leitos e margens, nos termos dos arts. 58 e 59 do Código de Águas, ou tamponar os poços de extração de água subterrânea.
> [...]
> (grifo nosso)

Assim, tendo em vista que a empresa autuada busca exercer suas atividades em atenção as normas regulamentares e ambientais, não possuindo outras condenações por infrações ambientais, não sendo reincidente, possuindo

todas as condições favoráveis para alteração da penalidade imposta em advertência.

Diante disso, considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, entendemos que, na remota hipótese de manutenção da suposta infração, seja penalidade de multa simples indicada alterada para a penalidade de advertência, com a reforma da decisão imposta.

IV.3 - DA MINORAÇÃO DA MULTA IMPOSTA E APLICAÇÃO DA PENALIDADE NO MÍNIMO LEGAL

Do exposto, subsidiariamente, na remota hipótese de não ser acatados os pedidos anteriores, sendo mantida aplicação da multa simples, **pugna a empresa autuada pela aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, com a minoração do valor da multa imposto para que seja a multa fixada mais próxima ao valor mínimo legal, qual seja: 100 (cem) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF– PA.**

V. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a parte recorrente requer:

a) O reconhecimento da tempestividade do recurso administrativo apresentado;

b) Seja concedido o efeito suspensivo ao presente recurso, pois, presente o justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação (artigo 47º, §1º e 2º, todos da Lei Estadual Nº 9.575/ 2022), e seja encaminhado ao órgão superior para julgamento, na forma da lei;

c) Preliminarmente, requer:

c.1) Reconhecimento da nulidade do AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/21-09-00857 e do processo administrativo dele

decorrente, em razão das graves violações aos princípios constitucionais da legalidade, devido processo legal, ampla defesa e contraditório;

c.2) Reconhecimento da nulidade do AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/21-09-00857 e do processo administrativo dele decorrente, incluindo o Parecer Jurídico nº 34452/CONJUR/GABSEC/2023, em razão das graves violações aos princípios da motivação, segurança jurídica e especialidade da norma.

d) No mérito, requer:

d.1) O reconhecimento da atipicidade da conduta praticada, não existindo razão para a lavratura e manutenção do AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/21-09-00857, devendo o auto de infração ser declarado insubsistente e a decisão condenatória ser cancelada;

d.2) Subsidiariamente, considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, entendemos que, na remota hipótese de manutenção da suposta infração, seja penalidade de multa simples indicada alterada para a penalidade de advertência, com a reforma da decisão imposta;

d.3) Subsidiariamente, na remota hipótese de manutenção da suposta infração, pugna a empresa autuada pela aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, com a minoração do valor da multa imposto para que seja a multa fixada mais próxima ao valor mínimo legal, qual seja: 100 (cem) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF– PA.

Termos em que pede e espera deferimento.

Belém-PA, 15 de maio de 2024.

WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS:94001219204

Assinado de forma digital por WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS:94001219204
Dados: 2024.05.10 14:57:30 -03'00'

WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS
OAB/PA 18.934

MÁRCIA CRISTINA EVER DE ALMEIDA
OAB/PA 27.912

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM, brasileiro, portador do RG nº 3953516 PC/PA, inscrito no CPF sob o nº 844.581.512-15, residente e domiciliado à Rua Odeti Batista, n° 317, Bairro Bom Jesus, CEP 68675-000, Mãe do Rio/PA.

OUTORGADO: WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/PA sob o nº 18.934, **WOTSON VALADÃO DE MOURA**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/PA 22.229, **EDUARDO RANGEL BLOIS ALVES,** brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/PA 20.087, **ALLYSON AUGUSTO COSTA CORRÊA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PA 23.650, **GABRIELA CAROLINA SANTOS CARBALLO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PA 13.920, **MARCIA CRISTINA EVER DE ALMEIDA,** brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PA 27.912, **FABIO RAMOS JORGE,** brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PA 17.469, **VITOR CAVALCANTI DE MELO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PA 17.375, **YOLANDA DAMASCENO BARBOSA,** brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/PA 23.492, **LEONARDO WANZELLER BRITO ALBUQUERQUE,** brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PA 37.100 todos integrantes do escritório **RAMOS & VALADÃO SOCIEDADE DE ADVOGADOS,** inscrita na OAB/PA sob o nº 765 e no CNPJ sob o nº 24.349.819/0001-27, com sede na Rua Kazuma Oyama, nº 2774, Novo Estrela, Castanhal/PA, CEP 68743-250.

PODERES GERAIS E ESPECIAIS: pelo presente instrumento, o Outorgante confere ao Outorgado todos os poderes da cláusula *ad judicia et extra*, bem como os poderes conferidos pelo artigo 105 do Código de Processo Civil, podendo agir juntos ou separadamente em defesa de seus interesses, em qualquer juízo, instância ou tribunal, promover inclusive notificações e justificações, usar ainda poderes junto às

ZapSign ed113d46-b2e5-4757-8797-d1d164e26685. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.
QR CODE SCAN

repartições e autarquias públicas, federais, estaduais e municipais, conferindo-lhe, também, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica. Finalmente, tudo praticar para o fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes, dando tudo por firme e valioso em juízo ou fora dele.

CLÁUSULA ESPECIAL DE RENÚNCIA DE PODERES: Em caso de renúncia dos poderes expressos nesta procuração e para este exclusivo fim, ficam eleitos desde já os advogados **WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS e WOTSON VALADÃO DE MOURA,** que assinando em conjunto ou isoladamente, estarão representando todos os advogados e estagiários de direito que figuram nesta procuração ou que venha ter poderes conferidos por substabelecimento com reserva de iguais, podendo praticar os atos necessários à renúncia.

DAS INTIMAÇÕES/NOTIFICAÇÕES: todas as intimações/notificações publicadas pelo Diário da Justiça Eletrônico devem ser realizadas exclusivamente em nome de **WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS**, inscrito na OAB/PA sob o nº 18.934 e de **WOTSON VALADÃO DE MOURA**, inscrito na OAB/PA 22.229, sob pena de nulidade do ato praticado na forma do art. 272, §5º, do NCPC.

Castanhal /PA, 23 de abril de 2024.

Assinado digitalmente na ZapSign por
FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIN
Data: 24/04/2024 08:54:13.217 (UTC-0300)

OUTORGANTE

ZapSign: edf13d46-b2e5-4757-8797-d1d164e26685. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

ZapSign By Truora **Relatório de Assinaturas**

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)
Última atualização em 24 Abril 2024, 08:54

PROCURAÇÃO FRANCISCO CRISPIM.pdf

Documento número edf13d46-b2e5-4757-9797-d1d164e26685

Assinaturas

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM
Assinou

Pontos de autenticação:
Assinatura na tela
IP: 179.84.216.171 / Geolocalização: -2.054665, -47.543165
Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/123.0.0.0 Mobile Safari/537.36
Data e hora: Abril 24, 2024, 08:54:13
E-mail: marciologgos@hotmail.com
Telefone: + 5591981940845
ZapSign Token: 5a7d08b1-****-****-****-5d501b3978d6

Assinatura de FRANCISCO MARCIO PARNAIBA
...

ICP Brasil

Hash do documento original (SHA256):
15d7d5258044683fea8de71875b34cdfcba067f65561270020d41fd2b6c96f46

Verificador de Autenticidade:
https://app.zapsign.com.br/verificar/autenticidade?doc=edf13d46-b2e5-4757-9797-d1d164e26685

Integridade do documento certificada digitalmente pela ZapSign (ICP-Brasil):
https://zapsign.com.br/validacao-documento/

Este Log é exclusivo e parte integrante do documento de identificação edf13d46-b2e5-4757-9797-d1d164e26685, conforme os Termos de Uso da ZapSign em zapsign.com.br

ZapSign By Truora

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME: FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM

1ª HABILITAÇÃO: 29/03/2012

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 13/07/1986 IRITUIA/PA

4a DATA EMISSÃO: 28/10/2022

4b VALIDADE: 30/08/2032

ACC: [redacted] D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 3953516 PC/PA

4d CPF: 844.581.512-15

5 Nº REGISTRO: 05462568919

9 CAT. HAB: AB

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO:
JOSE ANTONIO CRISPIM
MARIA PARNAIBA CRISPIM

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2450909506

9	10	11	12
ACC			
A		30/08/2032	
A1			
B		30/08/2032	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL: MAE DO RIO, PA

ASSINATURA DO EMISSOR

86741122678
PA290489393

PROIBIDO PLASTIFICAR

2450909506

PARÁ

SENATRAN CONTRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

ESTADO DO PARÁ

MUNICÍPIO DE IRITUIA — COMARCA DE GUAMÁ

DISTRITO DE VILA MÃE DO RIO

KM. 48 — BR 010

Licinio José de Souza Ferreira

Oficial do Cartório do Registro Civil

CPF N.º 015608912

NASCIMENTO N.º = 21.435 =

CERTIFICO que, às fls. 240vº, do Livro n.º A-018, de Registro de Nascimentos, foi inscrito hoje o assento de = FRANCISCO MÁRCIO PARNAÍBA CRISPIM =

:*:

nascido aos treze(13) dias do mês de julho de mil novecentos e oitenta e seis (1986) às 03 horas e 20 minutos em Município de * Irituia, Estado do Pará

, do sexo masculino

filho de :- JOSÉ ANTÔNIO CRISPIM,

natural de Estado do Pará;

:*:

e de Dona MARIA PARNAÍBA CRISPIM,

natural de Estado do Ceará.

:*:

Sendo avós paternos :- Antônio da Franca Crispim

e Dona Declinda Maria Crispim

e avós maternos Henrique Ferreira Parnaíba

e Dona Ana Gonçalves Parnaíba

Foi declarante :- O pai do registrando, que assinou o termo.

e serviram de testemunhas :- Manoel Martins de [illegible] e Nilton Barbosa da Silva.

Observações: O registro foi revestido das formalidades da Lei.

Cartório de Registro Civil — Of. LICINIO J. S. FERREIRA — Km. 83 - BR 010 — Irituia - Pará

O referido é verdade e dou fé.

Vila Mãe do Rio, 21 de julho de 1986

Licinio José de Souza Ferreira

O Oficial

LICINIO JOSE DE SOUZA FERREIRA
Of. do Reg.º Civil - CPF 015608912

Telefonica Brasil S.A.
Av. Visconde De Souza Franco, 5 - CEP: 66053-000 - Belém - PA
I.E.: 152263470 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62

Nº da Conta: 00001313850227
Código Cliente: 00000149814865

MÊS REFERÊNCIA: 02/2024
DATA DE EMISSÃO: 09/02/2024

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM
R ODETI BATISTA 317
BOM JESUS
68675-000 MAE DO RIO - PA

2ª Via

VENCIMENTO	VALOR A PAGAR (R$)
26/02/2024	50,12

MEIO DE PAGAMENTO: BOLETO
ENVIO DA FATURA: E-MAIL
(marciologgos@hotmail.com)

OS BENEFÍCIOS DO CELULAR RENOVAM TODO DIA: 06

RESUMO DA SUA CONTA (DE 06/01/24 A 05/02/24)

VIVO CELULAR	48,88
Outros lançamentos	1,24
Total a pagar	50,12

Plano contratado | Adicionais contratados	Quantidade	Valor (R$)
VIVO CELULAR - Controle		
Vivo Controle 5GB II	1	48,88
(+) Serviços Digitais Inclusos	-	-
Subtotal Vivo Controle		48,88
Subtotal Plano contratado / Adicionais contratados		48,88

Outros Lançamentos	Quantidade	Valor (R$)
Diversos		
Encargos Financeiros (Multa e Juros)	4	1,24
Subtotal		1,24
Subtotal Outros Lançamentos		1,24
Total a pagar		50,12

- Existe(m) valor(es) pendente(s) até a data de emissão dessa conta. Veja suas contas em aberto em vivoemdia.vivo.com.br ou no aplicativo da Vivo. Caso tenha realizado o pagamento, por favor desconsidere essa mensagem -

SEUS NÚMEROS VIVO
Tel. Celular: 91-99156-7641 (Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento no App Vivo)

SUAS BONIFICAÇÕES
Celular Vivo: 1 Bônus Conta Digital 3GB

Veja detalhamento da sua conta no app Vivo

Pelo aplicativo, você também pode:
- Cadastrar o Débito Automático na sua conta e receber 3GB de internet todo mês
- Aproveitar os benefícos do Vivo Valoriza

FALE COM A GENTE
Acesse o App Vivo ou ligue:
Para os serviços da casa: 10315
Para os serviços do celular: *8486 do seu celular Vivo
Se tem necessidades específica de acessibilidade para fala e/ou audição: 142
Ou accese a Central de Intermediação em Libras disponível em nosso site.

Importante: Mantenha o pagamento em dia e evite o cancelamento dos serviços, a suspensão parcial / total dos serviços, a rescisão contratual, e a inclusão nos órgãos de proteção ao crédito. Para pagamento após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura. | Central de Atendimento ANATEL: 1331 e www.anatel.gov.br. PLANOS ANATEL: Vivo Controle 5GB II: 128/POS/SMP. Para a prestação de serviços descrita nessa fatura incidem os seguintes impostos: PA - 19% ICMS, 0.65% PIS e 3% COFINS para Telecom. SP - 2% ISS, 1.65% PIS e 7.6% COFINS e 0% ISS, 0% PIS e 0% COFINS e 0% ISS, 0.65% PIS e 3% COFINS para SVAs.

Autenticação Mecânica — Destaque aqui

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM

Vencimento	Total a Pagar - R$
26/02/2024	50,12

Cód. Débito Automático	Nº da Conta	Nº da Fatura	Mês Referência
1313850227-9	00001313850227	00000475464163	02/2024

846900000007 501200721006 013138502276 924024641632

Pagar via Pix

Telefonica Brasil S.A.
Av. Visconde De Souza Franco, 5 - CEP: 66053-000 - Belém - PA
I.E.: 152263470 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62

Nº da Conta: 00001313850227
Código Cliente: 00000149814865

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM
R ODETI BATISTA 317
BOM JESUS
68675-000 MAE DO RIO - PA

CPF/CNPJ: 844.581.512-15
Inscrição Estadual: ISENTO
Número da Conta: 00001313850227

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Nome da Empresa: Telefonica Brasil S.A.
Endereço: Av. Visconde De Souza Franco, 5 - Reduto
CNPJ: 02.558.157/0019-91
I.E.: 152263470

Nº NFST: 25773283/02/2024
Período:06/01/2024 a 05/02/2024
Atende o convênio: 115/2003
Descrição: PF/PJ - OUTROS

Nº Série: BT Sub-Série: 1
Emissão: 09/02/2024
CFOP: 5.307

Seq.	Cód. Serviço	Descrição	Quantidade	ICMS	Valor R$
1	1570	Serviços Contratados Vivo Móvel	1	19%	36,48
TOTAL NOTA FISCAL TELEFONICA BRASIL S.A.					36,48

Informações Complementares

ICMS	19,00%	Base de Cálculo	R$ 36,48	Valor ICMS	R$ 6,93	Serv. Isentos/Não Tributável	R$ 0,00
PIS	0,65%	Base de Cálculo	R$ 29,55	Valor PIS	R$ 0,19	Serv. Isentos/Não Tributável	R$ 0,00
COFINS	3,00%	Base de Cálculo	R$ 29,55	Valor COFINS	R$ 0,89	Serv. Isentos/Não Tributável	R$ 0,00

Contribuição para o Fust 1% = R$0,28 e Funttel 0,5% = R$0,14 do Valor dos Serviços - Não Repassados às Tarifas
Autenticação digital: d050ae5b8a1a6f4942f8ddfa65d21193

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM
R ODETI BATISTA 317
BOM JESUS
68675-000 MAE DO RIO - PA

MÊS REFERÊNCIA: 02/2024
DATA DE EMISSÃO: 09/02/2024

DETALHAMENTO DA SUA CONTA (DE 06/01/24 A 05/02/24)

SEU NÚMERO VIVO: 91-99156-7641

Plano contratado | Adicionais contratados

VIVO CELULAR - Controle	Período	Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R$)
Vivo Controle 5GB II	-	1	1	36,48
Subtotal				36,48

		Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R$)
Franquia de Internet		5,00GB	-	0,00

BONIFICAÇÃO MOVEL	Período	Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R$)
Bônus Conta Digital 3GB	-	3,00GB	-	0,00

OUTROS LANÇAMENTOS

SERVIÇOS DIGITAIS INCLUSOS

TELEFONICA BRASIL S.A. 02.558.157/0135-74

VIVO CELULAR - Controle	Período	Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R$)
Vivo Controle Serv Digital VI	-	-	-	-
Babbel Languages	-	-	-	0,20
Babbel Exercise Books	-	-	-	1,20
Goread	-	-	-	1,80
Skeelo Intermediário	-	-	-	6,60
Hube Jornais	-	-	-	2,60
Subtotal				12,40

DIVERSOS

	Período	Incluso Plano/Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R$)
Encargos Financeiros (Multa e Juros) - Ref. Mês Dez/2023	05/02/2024	-	4	1,24
Subtotal				1,24

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 09841152

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS

INSCRIÇÃO
18934

FILIAÇÃO
FABIO RODRIGUES RAMOS
ZENILDA DE OLIVEIRA RAMOS

NATURALIDADE
AÇAILÂNDIA-MA

DATA DE NASCIMENTO
10/07/1989

RG
0156310220007 - SSP-MA

CPF
940.012.192-04

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
SIM

VIA
01

EXPEDIDO EM
15/02/2013

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
PRESIDENTE

Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Gabinete do Secretário. - GABSEC

Belém - PA, 13 de Março de 2024

Notificação N°.: 171109/CONJUR/2024

Á
FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM
End: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 264 - BAIRRO: BOM JESUS
CEP: 68675-000 Mãe do Rio - PA

Notificamos FRANCISCO MARCIO PARNAÍBA CRISPIM, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo 2022/26869, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, julgou procedente o Auto de Infração AUT-1-S/22-06-00686 e determinou a aplicação da MULTA de 900 UPF'S já considerando a aplicação do desconto das circunstâncias atenuantes previstas no artigo 16, inciso IV, parágrafo único incisos I e II e 17, I, ambos da Lei Estadual n.º 9.575/2022 em razão da constatação da infração ambiental consistente no art. 81, incisos IV e VI da Lei Estadual nº 6.381/2001 c/c art. 66 do Decreto Federal 6514/2008, art. 118, inciso VI da lei estadual 5887/1995 art. 70 Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225 da Constituição Federal de 1988, cujo recolhimento da multa deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, cabendo como opção a conciliação no que tange à multa imposta junto ao núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM, nos termos da Lei estadual n.º 9.575/2022.

Esclarecemos que a não quitação do débito no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento desta notificação, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao mês, calculado, cumulativamente, sobre o valor do débito, devendo o órgão fazendário estadual ser comunicado para fins de inscrição de dívida ativa.

Com efeito, informamos que V.Sa. poderá recorrer da decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contados do recebimento deste instrumento, conforme dispõe o artigo 34, inciso III da Lei Estadual n.º 9.575/2022.

Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Gabinete do Secretário. - GABSEC

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

- Nicolle Ferrari 13/03/2024 - 10:17;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: https:///titulo.page.link/b7qt

conferida no endereço: https://titulo.page.link/9kqT

Parecer Jurídico

PJ Nº: 35239/CONJUR/GABSEC/2024

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROTOCOLO

Protocolo

- Número: 2022/0000026869 **- Data Protocolo:** 01/08/2022

Empreendimento

- Nome/Razão Social/Denominação: FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM - FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM

Assunto

PARECER JURIDICO

ANÁLISE JURÍDICA

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL. PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR SEM OUTORGA. ART. 81, INCISOS IV E VI, DA LEI ESTADUAL N. 6.381/2001,ART. 66 DO DECRETO FEDERAL 6514/2008. PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Em 20/06/2022 esta SEMAS, por meio do técnico responsável, lavrou o Auto de Infração AUT-1-S/22, em face de **FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM,** já devidamente qualificado, pela utilização irregular de recursos hídricos, contrariando o art. 81, incisos IV e VI da lei estadual 6381 c/c art. 66 do Decreto Federal 6514/2008, enquadrando-se no art. 118, inciso VI da lei estadual 5887/1995 e em consonância com o art. 70 da lei federal nº 9605/1998 e art. 225 da Constituição Federal de 1988.

Segundo o Relatório de Fiscalização: REF-1-S/22-07-00777, no dia 20/10/2021 foi realizada vistoria no residencial Jardim do Valle localizado no município de Vigia/PA. Na oportunidade, constatou-se, no local, 18 poços tubulares de água subterrânea sem outorga. Do universo, 16 deles cadastrados em nome do autuado.

O autuado foi notificado em 03/10/2021 conforme demonstrado no AR

acostado aos autos eletrônicos. A defesa foi apresentada em **18/10/2021.**

É o relatório. Passo a fundamentação.

2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DA APLICAÇÃO DA LEI 5.887/95

Em regra, aplica-se a lei sancionadora vigente no momento em que o fato criminoso foi praticado (Tempus Regit Actum), resguardando a anterioridade da lei penal. Excepcionalmente, admite-se a extra-atividade da lei, ou seja, a lei pode se movimentar no tempo. A extra-atividade é gênero do qual são espécies a ultratividade e a retroatividade.

Depreende-se do art. 5ª, XL, da CF e arts. 2ª e 3ª do CP, que a aplicação da lei sancionadora no tempo possui uma regra geral e diversas exceções, que ocorrem quando há sucessão de leis no tempo que disciplinem total ou parcial a mesma matéria.

Nesse sentido, de forma objetiva para análise do processo em epígrafe, temos a ocorrência da ultratividade de lei mais benéfica, ou seja, a lei 5.887/95, então vigente à época do fato que ensejou a lavratura do auto de infração continua a reger esses fatos, agindo em caráter ultrativo, por ser mais benéfica em relação à lei revogadora de lei 5.887/95.

> "PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. NOVO CÓDIGO FLORESTAL. IRRETROATIVIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA. DEFICIÊNCIA RECURSAL. INEXISTÊNCIA. 1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3). 2. Não há como fazer retroagir a novel legislação florestal para afastar o cumprimento de transação penal formalizada em Juizado Especial, sob a égide da norma revogada (desfazer rancho erguido em APP), pois é firme a posição desta Corte de que, em matéria ambiental, deve prevalecer o princípio tempus regit actum, de forma a não se admitir a aplicação das disposições do novo Código Florestal a fatos pretéritos, sob pena de retrocessoambiental. 3. A irretroatividade do Novo Código Florestal assentada na decisão agravada não implica afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto sequer houve pronúncia de inconstitucionalidade de preceito legal, senão a interpretação do direito infraconstitucional aplicável ao caso. 4. O

equívoco redacional do recurso ministerial acolhido – que menciona "averbação da área de reserva legal em imóvel rural" ao invés de "regularização de rancho em área de preservação permanente" constitui erronia terminológica (reserva legal x APP) – não impede a admissibilidade recursal, mormente porque, noutro trecho, foi explicitado de modo correto o objeto da ação. 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1709241/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/11/2019, DJe 02/12/2019) Divergindo desta orientação, o eminente Relator, em seu voto, defende que "a análise da existência e a recomposição do dano em APP, reserva legal ou outro dos espaços tutelados pelo novo Código deve se pautar, atualmente, pela totalidade do regime da Lei 12.651/2012 (ressalvadas, por óbvio, as disposições declaradas inconstitucionais pelo STF), ainda que a degradação tenha ocorrido na vigência da Lei 4.771/1965". Tal conclusão emana do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADIs 4.901, 4.902 e 4.903 e da ADC 42 (DJE 13/08/2019), nas quais a Suprema Corte atestou a constitucionalidade de diversos dispositivos do novo Código Ambiental, entre eles, o art. 15 daquele diploma. Com a mais respeitosa vênia, não compartilho da mesma compreensão. Penso que a posição externada pelo STF, no controle concentrado de constitucionalidade, não impede a análise da irretroatividade do novo Diploma Legal, pois trata-se de abordagens diferentes. A orientação desta Corte não ingressa no aspecto constitucional do novo diploma, nem poderia tê-lo feito, mas aprecia a irretroatividade da norma ambiental, amparada na LINDB. Isto é, efetua uma leitura de ordem infraconstitucional. Acerca da inaplicabilidade da norma ambiental superveniente e "do problema da intertemporalidade jurídico-florestal",transcrevo excerto do voto do em. Ministro Herman Benjamin (PET no REsp 1240122/PR – e-STJ fls. 616/618 –, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/10/2012, DJe 19/12/2012): O esquema é bem simples: o novo Código Florestal não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito, direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, tampouco para reduzir de tal modo e sem as necessárias compensações ambientais o patamar de proteção de ecossistemas frágeis ou espécies ameaçadas de extinção, a ponto de transgredir o limite constitucional intocável e intransponível da "incumbência" do Estado de garantir a preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais (art. 225, § 1º, I). No mais, não ocorre impedimento à retroação e alcançamento de fatos pretéritos. Dispõe o art. 6º, caput, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: a nova lei "terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada" (ou, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição, com redação assemelhada: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada"). A regra geral, pois, é a irretroatividade da lei nova (lex non habet oculos retro); a retroatividade plasma exceção, blindados, no Direito brasileiro, o

ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Mesmo fora desses três domínios de intocabilidade, a retroatividade será sempre exceção, daí requerendo-se manifestação expressa do legislador, que deve, ademais, fundar-se em extraordinárias razões de ordem pública, nunca para atender interesses patrimoniais egoísticos dos particulares em prejuízo da coletividade e das gerações futuras. Precisamente por conta dessa excepcionalidade, interpreta-se estrita ou restritivamente; na dúvida, a opção do juiz deve ser pela irretroatividade, mormente quando a ordem pública e o interesse da sociedade se acham mais bem resguardados pelo regime jurídico pretérito, em oposição ao interesse econômico do indivíduo privado mais bem assegurado ou ampliado pela legislação posterior. Eis a razão para a presunção relativa emfavor da irretroatividade, o que conduz a não se acolherem efeitos retro-operantes tácitos, embora dispensadas fórmulas sacramentais. Indubitável que ao legislador compete modificar e revogar suas próprias leis. Ao fazê-lo, porém, seja para substituí-las por outra seja para simplesmente no seu lugar deixar o vazio, a Constituição e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro veda-lhe atingir direitos adquiridos, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada constituídos sob o império do regime jurídico anterior. Em suma, a lei pode, sim, retroagir, desde que não dilapidar o patrimônio material, moral ou ecológico, constitucional ou legalmente garantido, dos sujeitos, individuais ou coletivos: essa é a fronteira da retroatividade. Consequentemente, mesmo que na hipótese sob apreciação judicial seja admissível, em tese, a retroação (isto é, ausente qualquer antagonismo com o ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada), incumbe ao juiz examinar a) o inequívoco intuito de excluir (animus excludendi), total ou parcialmente, o regime jurídico anterior quanto a fatos praticados ou sucedidos na sua vigência, e, até mais fundamental, b) o justo motivo para a exclusão - justa causa exclusionis -, que, no Direito Ambiental, deve estar totalmente conforme à garantia constitucional da manutenção dos processos ecológicos essenciais, acima referida. Por certo, todo esse debate sobre a intertemporalidade jurídico-florestal não escapará, em boa parte das demandas, de ir além do ato jurídico perfeito. A questão maior, sem dúvida, será sobre o reconhecimento de direitos ambientais adquiridos, a última fronteira da dogmática jurídica brasileira, no âmbito da credibilidade e da efetividade da transformação normativa por que passou a Teoria Geral dos sujeitos (gerações futuras) e dos bens (autonomização do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado) a partir de 1981 (com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente) e 1985 (com a Lei da Ação Civil Pública), chegando ao ápice de 1988 (com a Constituição cidadã). Nessa matéria, incumbe ao juiz não perder de vista que a Constituição, em seu art. 225, caput, de maneira expressa, reconheceu as gerações futuras como titulares do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Em paralelo, a legislação de disciplina da ação civil pública (especificamente o art. 81 do Código de Defesa do Consumidor) agasalha a

> quádrupla categorização dos direitos subjetivos e individuais, individuais homogêneos, coletivos stricto sensu e difusos. Evidente, portanto, que o ordenamento brasileiro outorgou às gerações futuras (e à própria coletividade atual) a possibilidade, nessa sua condição de titular de direito subjetivo transindividual, de se beneficiar da proteção constitucional, na integralidade, conferida aos direitos adquiridos; a ser diferente, teríamos no art. 225, caput, um "direito meia-boca", com nome e sobrenome de "direito", mas sem os dotes e eficácia temporal que a todos os direitos, patrimoniais ou não, tradicionalmente se atrelam e deles decorrem. Por essa ótica, tanto ao indivíduo (visão individualístico-intrageracional), como à coletividade presente e futura (visão coletivo-intrageracional e coletivo-intergeracional) se garantem contra a retroatividade da lei posterior os direitos adquiridos sob o regime antecedente que se incorporarem ao seu patrimônio. Um e outro são sujeitos; um e outro contam com patrimônio constitucional e legalmente inabalável, que, além de material e moral no enfoque clássico, é também ecológico. Em suma, podemos e devemos considerar a existência de direitos ambientais adquiridos, que emergem a partir e sob o império de uma ordem jurídica pretérita revogada ou substituída por outra, na linha de clássicos direitos adquiridos ao estado, ao regime de bens no casamento, à posse e domínio, à aposentadoria, à posição contratual, etc. (Grifos acrescidos)."

2.2. DA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Na legislação pátria, ao meio ambiente é dispensado um tratamento singular, fundado sobremaneira no princípio do desenvolvimento sustentável, amparado em normas destinadas à garantia do acesso equitativo aos recursos naturais e em postulados como os do usuário-pagador, do poluidor-pagador, da prevenção do dano ambiental e da participação popular.

A Carta Constitucional de 1988, em seu art. 225, *caput*, consolida o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, Maria Sylvia Di Pietro qualifica de modo implícito o meio ambiente, configurando-o como um bem fora do comércio jurídico de direito privado, não podendo, desta feita, ser objeto de qualquer relação jurídica de direito privado, revestindo-o em uma redoma de inalienabilidade, imprescritibilidade, impenhorabilidade e de vedação à

oneração (*in* Direito Administrativo, 30ª edição, editora Forense, págs. 916-917, ano 2017).

Para assegurar a efetividade desse direito, nos moldes do §1º, VII, do dispositivo derivado da Carta Magna mencionado, incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Tratando da proteção ao meio ambiente, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, VII, consubstancia o dever de todos os entes federativos, **incluindo os Estados**, em preservar as florestas, a fauna e a flora.

Em sede infraconstitucional, a Lei nº. 6.938/81, instituidora da PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente, no art. 6º, V, atribui a esta Secretaria Estadual, enquanto órgão seccional, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, a obrigação de conservar e preservar os recursos naturais.

2.3. DOS ELEMENTOS DA INFRAÇÃO E DA TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA

O Auto de Infração descreve corretamente, de forma precisa e clara a infração ambiental cometida, cumprindo todas as formalidades legais exigidas ao caso, não ofendendo nenhum princípio que viesse a lhe prejudicar a legitimidade. Além disso, salientamos que tanto o Auto de Infração quanto o procedimento realizado por esta Secretaria de Estado, que indicaram a ilegalidade na ação do autuado, estão fundamentados e de acordo com os ditames legais que regem a matéria fornecendo, portanto, o devido alicerce a esta análise, bem como à autuação.

De acordo com o art. 120, §2°, da Lei Estadual n. 5.887/1995, para configurar a infração ambiental, é necessária a comprovação do nexo causal entre a ação ou omissão do infrator e o dano.

Ademais, prevê o art. 118 do mesmo Diploma Legal, que "considera-se infração administrativa qualquer inobservância a preceito desta Lei, das Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente e da legislação ambiental federal e estadual (...)".

Desta feita, para a configuração da infração ambiental é suficiente a mera inobservância a quaisquer normas específicas relacionadas ao controle ambiental, devendo ser a penalidade aplicada ante a ocorrência do seu fato gerador, qual seja, a infração administrativa.

Neste sentido e segundo a análise dos autos, verifica-se a tipificação da conduta infratora, qual seja, operar a captação de água subterrânea através de poço tubular sem a devida outorga de recursos hídricos, conforme verificado *in loco*.

Assim, presentes a autoria e materialidade, resta comprovado que o autuado infringiu os dispositivos a seguir elencados:

Lei Estadual nº 6.381/2001

Art. 81. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos superficiais, meteóricos e subterrâneos, emergentes ou em depósitos:

IV – perfurar poços para extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida outorga;

VI – infringir normas estabelecidas no regulamento desta Lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo instrução e procedimentos fixados pelos órgãos ou entidades competentes;

Decreto Federal 6.514/08

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes (...)

Lei estadual 5887/1995
Art. 118. Considera-se infração administrativa qualquer inobservância a preceito desta Lei, das Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente e da legislação ambiental federal e estadual, especialmente as seguintes:

(...)
VI - desobedecer ou inobservar normas legais ou regulamentares, padrões e parâmetros federais ou estaduais, relacionados com o controle do meio ambiente.

Ademais, a defesa aduz a ausência de dano ambiental, no caso.

Ocorre que os argumentos, por si só, não afastam a responsabilidade administrativa ambiental. O descumprimento narrado configura infração administrativa ambiental de natureza formal.

A diferença fundamental entre uma infração formal e material reside na natureza da violação. Uma infração formal se concentra principalmente no cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos, independentemente do resultado final ou do dano causado ao meio ambiente. Por outro lado, uma infração material diz respeito à violação das normas que resulta em danos reais ou prejudiciais.

Sendo assim, descumprida a norma estabelecida, configurada está a infração. Evidenciada está a **procedência** do Auto de Infração lavrado contra o autuado.

2.4. DA GRADAÇÃO DA PENA

Para a imposição da pena e sua gradação, a autoridade ambiental deverá observar as circunstâncias atenuantes e agravantes, a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para o meio ambiente, e os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais vigentes, nos termos do art. 130 da Lei Estadual n. 5.887/95, bem como pelos artigos 15 a 20 da nova lei do processo infracional ambiental (Lei Estadual n.º 9.575/2022) que entrou em vigor em 08/11/2022.

A Lei n. 9.575/2022 em seu artigo 15 impõe que seja pautada a atuação do administrador público, quando da prescrição da multa, nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, guardando, então, uma proporção adequada entre os meios que emprega e o fim desejado pelo diploma legal.

Urge também que seja considerado, no estabelecimento do valor pecuniário, os princípios da educação ambiental e da prevenção, instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente – art. 2º, inciso X, da Lei no. 6.938/81, utilizando-se a aplicação da multa como um modo de reeducar os representantes legais da infratora das normas ambientais, incutindo-lhes a consciência ecológica necessária ao repúdio de ulteriores atitudes divergentes dos mandamentos legais aplicáveis ao caso.

Celso Antônio Pacheco Fiorillo, em seu *Curso de Direito Ambiental Brasileiro* (14ª edição, editora Saraiva, 2017, p. 68), destaca que a legislação severa, que imponha multas e sanções mais pesadas, funciona também como instrumento da efetivação da prevenção.

Desta forma, e imprescindível que se leve em conta o poder econômico

do poluidor, devendo as penalidades estarem atentas aos benefícios experimentados com a atividade e o lucro obtido a custa da inobservância das normas ambientais.

Assim, de acordo com as informações constantes nos autos, no caso em tela, considerando que a autuada colaborou com os agentes de fiscalização, identifica-se a seguinte atenuante: artigo 16, inciso IV e Parágrafo único incisos I e II c/c artigo 17, inciso I ambos da Lei Estadual n.º 9.575/2022.

> "**Art. 16**. São consideradas circunstâncias atenuantes, quando o autuado:
>
> **IV** – Colaborar com a fiscalização ambiental.
>
> **Parágrafo único**: para fins do disposto no inciso IV do caput deste artigo, considera-se como colaboração:
>
> I- O não oferecimento de resistência e o livre acesso às dependências, instalações ou locais da ocorrência da infração;
>
> II- A apresentação de documentos ou informações no prazo estabelecido; e
>
> III- (omissis).
>
> **Art. 17.** Indicada a existência de circunstâncias atenuantes, o valor da multa deverá ser justificadamente reduzido, segundo os seguintes critérios:
>
> I - até 10% (Dez por cento), na hipótese dos incisos III e IV do art. 16."

Assim, considerando o princípio da razoabilidade e proporcionalidade e do dano ambiental causado, caracteriza-se a infração aqui analisada, recomendando-se a este Órgão Ambiental aplicar a penalidade de **MULTA SIMPLES** fixada em **R$ 1000 UPF'S.** Nesse sentido, cabe destacar que embora o auto de infração tenha sido lavrado antes da entrada em vigor da Lei Estadual n.º 9.575/2022, as regras sobre conciliação tiveram aplicação imediata, a partir da publicação da mesma, inclusive com efeitos **ex tunc.**

3.5. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO:

Cabe destacar que nos termos da nova lei estadual para apuração de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei estadual n.º 9.575/2022), a conciliação ambiental poderá encerrar o processo de infrações ambientais mediante uma das soluções legais previstas em lei a ser avaliadas junto ao Núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM.

Nesse sentido, cabe destacar que embora o auto de infração tenha sido lavrado antes da entrada em vigor da Lei Estadual n.º 9.575/2022, as regras sobre conciliação tiveram aplicação de maneira imediata a partir da publicação da mesma, senão vejamos:

> "**Art. 58.** Esta Lei entrará em vigor após 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação, **exceto o § 2° do art. 11 e arts. 44, 45, 54 e 55 desta Lei, que entrarão em vigor na data de publicação com efeito ex tunc aos processos administrativos infracionais em curso no órgão ambiental, para fins de conciliação e conversão de multa**.

Desse modo, considerando que a lei entrou em vigor em 08/11/2022, bem como considerando o decreto 2.856/2023, segue-se aplicando os seguintes dispositivos da lei:

> **Art. 30. O desconto será concedido sobre o valor da multa simples aplicada pelo órgão ambiental estadual autuante, nos seguintes termos:**
>
> **I - 50% (cinquenta por cento), quando a manifestação de interesse em conciliar ocorrer durante a vigência do prazo para defesa;**
> **II - 45% (quarenta e cinco por cento), quando a manifestação de interesse em conciliar ocorrer após o prazo de defesa e até a decisão de primeira instância, quando interposta defesa pelo autuado;**
> **III - 40% (quarenta por cento), quando a manifestação de interesse em conciliar ocorrer após a notificação dos processos passivos de que trata este Decreto;**

IV - 35% (trinta e cinco por cento), quando a manifestação de interesse em conciliar ocorrer após a decisão de primeira instância e até a decisão de segunda instância;

V - 30% (trinta por cento) para pagamento do débito de forma parcelada, com a devida correção monetária pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Portanto, cabe a análise pelo NUCAM do pedido de conciliação do autuado, utilizando como parâmetros para os percentuais de desconto na multa do Decreto Estadual n.º 2.856/2023.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, recomenda-se a manutenção do Auto de Infração nº AUT-1-S/22-06-00686, lavrado em face de **FRANCISCO MARCIO PARNAÍBA CRISPIM**, pela utilização irregular de recursos hídricos, em conformidade com o art. 81, incisos IV e VI da Lei Estadual nº 6.381/2001 c/c art. 66 do Decreto Federal 6514/2008, art. 118, inciso VI da lei estadual 5887/1995 art. 70 Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225 da Constituição Federal de 1988. Sugere-se que seja aplicada a penalidade de **MULTA SIMPLES no valor de 900 UPF'S,** já considerando a aplicação da atenuante da Lei Estadual n.º 9.575/2022, art. 16, inciso IV, parágrafo único, art. 17, inciso I cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, I; 122, I, todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

ROBERTA CARVALHO DA SILVA
Procuradora do Estado

Belém - PA, 01 de Fevereiro de 2024.

Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 35239/CONJUR/GABSEC/2024

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

- ROBERTA CARVALHO DA SILVA 01/02/2024 - 17:32;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: https:///titulo.page.link/2Gr2

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) DIRETOR(A) DA SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ (SEMAS/PA)

PROCESSO N° 2022/0000026869

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM, inscrito no CPF sob o nº 844.581,512-15, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 264, Bairro Bom Jesus, CEP 68.675 -000, Castanhal/Pará, vêm a presença de Vossa Senhoria, por meio de seus advogados abaixo subscritos, **solicitar cópia integral do processo administrativo referente ao Auto de Infração AUT Nº 1-S/22-06-00686**, bem como seja enviado cópia integral ao endereço eletrônico contato@ramosevaladao.com.br .

Assim, tendo em vista os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, corolários da Constituição Federal de 1988 e da ordem democrática, bem como, tendo em vista que o prazo recursal encontra-se em aberto no presente feito, **pugna o autuado que de cópia dos autos via e-mail seja realizado com a maior brevidade possível.**

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Castanhal/PA, 26 de abril de 2024.

WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS:94001219204
Assinado de forma digital por WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS:94001219204
Dados: 2024.04.26 13:05:52 -03'00'

WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS
OAB/PA 18.934

MARCIA CRISTINA EVER DE ALMEIDA
OAB/PA 27.912

Gmail

Ramos & Valadão <ramosevaladao.adv@gmail.com>

RERENDO CÓPIA INTEGRAL DO PROCESSO N° 2022/0000026869

1 mensagem

Ramos & Valadão Sociedade de Advogados <contato@ramosevaladao.com.br> 26 de abril de 2024 às 13:10
Para: protocolo@semas.pa.gov.br
Cco: Márcia Ever <marciaever@ramosevaladao.com.br>

Prezados (as),

Na qualidade de representantes legais do Requerido FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM, segue solicitação de cópia integral dos autos do PROCESSO N° 2022/0000026869.

Por favor, solicitamos a confirmação do recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS OAB/PA 18.934

4 anexos

4. OAB- William.pdf
208K

1. COPIA INTEGRAL DOS AUTOS - SEMAS ASS.pdf
268K

3. DOCS FRANCISCO CRISPIM - 2024.pdf
943K

5. SEMAS - NOT 171109.pdf
2837K

Emitido por: Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras - GERAD

Data da emissão: 23/11/2022

RECIBO DE PROTOCOLO

Protocolo N°: 2022/0000037194
Interessado: FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM
Origem: Processo 2022/0000026869

Recebemos o Documento: Defesa Administrativa AI n° S-22-06-00686

Local e data:
Belém - PA 23/11/2022 14:11

Aline Maria Henriques Uchoa

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) CEHEFE DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ

2022/ 37194
18 / 10 / 2022
Ana Cláudia

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o n° 844.581.512-15 e **ALIAR ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ n° 23.264.836/0001-07, neste ato representado por seu representante legal, vem perante Vossa Excelência, NOTIFICAÇÃO n° 159979/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022, apresentar **DEFESA ADMINISTRATIVO**, nos termos que segue abaixo:

DA TEMPESTIVIDADE

INICIALMENTE, importante ressaltar que o recebimento da presente notificação se deu tão somente no dia 03/10/2022, iniciando-se a contagem do prazo recursal em 04/10 e encerrando em 18/10/2022.

Portanto, a presente defesa é tempestiva.

DOS FATOS

Informa-se que o peticionante é responsável pela empresa ALIAR ENGENHARIA LTDA (CNPJ n° 23.264.836/0001-07) e que no dia 03/10/2022 recebeu 18 (dezoito) notificações abaixo listadas:

NOTIFICAÇÃO N°	AUTO DE INFRAÇÃO N°
159979/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00674
159981/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00676
159967/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00678
159941/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00644
159940/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00646
159970/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00658
159973/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00659
159974/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00660
159975/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00661
159976/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00662
159978/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00673
159980/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00682
159982/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00683
159983/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00684
159986/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00685
159987/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00686
159988/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00687
159989/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022	AUT-1-S/22-06-00688

Em breve resumo, as referidas autuações, a D. Secretaria manifestou a existência de 18 títulos de **dispensa de outorga** (DDO) em nome do empreendimento Aliar Engenharia LTDA, onde destas, 16 foram cadastradas no CPF n° 844.581.512-15 do peticionante e duas estão cadastrados em nome da empresa Aliar Engenharia LTDA (CNPJ 23.264.836/0001-07), todos localizados no empreendimento Residencial Jardim do Valle.

Segundo consta no Relatório de Fiscalização: [...] O Empreendimento Aliar Engenharia LTDA realizou cadastro dos títulos de Dispensa de Outorga no SIGERH **sem ter realizado o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH**, é um documento técnico específico exigido no ato do cadastro, sendo que, quando o empreendimento não possui o CNARH, o mesmo é solicitado como condicionante do Título. E esta situação não ocorreu com os 18 títulos de Dispensa, ficando subentendido que o empreendimento anexou outro documento no lugar. [...]

Assim, entendeu a d. Secretaria de Estado de meio Ambiente e Sustentabilidade estar o peticionante ter perfurado poços sem a devida autorização para uso de recursos hídricos, lavrando-se o AUTO DE INFRAÇÃO -AUT - 1-S/22-06-00674, em referência ao poço tubular funcionando sem a devida Licença de Outorga de Direito de uso, cadastrados em nome de Francisco Márcio Parnaiba Crispim por: **(a) CONTRARIAR:** Art. 81, Inciso IV e VI, Da/Do Lei Estadual n° 6.381/2001 e Art. 66, Da/Do Decreto federal n° 6.514/2008; **(b) ENQUANDRANDO-SE:** Art. 118, Inciso VI, Da/Do lei Estadual n° 5.887/1995; **(c) EM CONSONÂNCIA:** Art. 70, Da/Do lei Federal n° 9.605/1998 e Art. 225, Da/Do Constituição Federal 1988

Porém, com a máxima vênia, não se trata de empreendimento construído pelo peticionante ou a empresa a ele vinculada, mas sim residenciais unifamiliares do qual se apresentam as razões de defesa abaixo e se requer provimento:

PRELIMINARES

1) DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO –PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

Ao lavra o Auto de Infração ambiental, o fiscal se utilizou do Dec. 6.514/08, que determina em seu art. 113, a realização de audiência de conciliação, senão vejamos:

> Art. 113. O autuado poderá, no prazo de vinte dias, contado da data da ciência da autuação, apresentar defesa contra o auto de infração, cuja fluência fica sobrestada até a data de realização da audiência de conciliação ambiental.

Por sua vez, sabe-se que sobre o processo administrativo também se vinculam o princípio do devido processo legal e *tempus regit actum*, no sentido de que os atos jurídicos se regem pela lei da época em que ocorreram.

Daí, tem-se violado a norma, pois o auto de infração consta apenas o prazo para apresentação de defesa prévia, sem qualquer previsão à audiência de conciliação.

É de se notar que a designação da referida audiência não é uma opção, mas uma obrigação imposta por Lei. É dizer que, a Autoridade ambiental deve estrita obediência ao princípio da legalidade, ao qual tanto o fiscal como a Secretaria estão adstrito.

Neste sentido, impõe-se a anulação do auto de infração e de todo o procedimento administrativo iniciado, sob pela de restar violado o princípio da legalidade e do devido processo legal.

Por eventualidade, tem-se conhecimento do DECRETO N° 11.080, DE 24 DE MAIO DE 2022, no qual alterou o texto supramencionado e o ofertou o seguinte texto:

> Art. 113. O autuado poderá apresentar, no prazo de vinte dias, contado da data da ciência da autuação, defesa contra o auto de infração, **observado o disposto no § 1° do art. 97-A.**
>
> Art. 97-A. O autuado poderá, perante o órgão ou a entidade da administração pública federal responsável pela lavratura do auto de infração, no prazo de vinte dias, contado da data da ciência da autuação
>
> § 1° O requerimento de participação em audiência de conciliação ambiental interromperá o prazo para oferecimento de defesa

Com efeito, se vê que a alteração, ora mencionada, não afastou o dever de realização da audiência de conciliação, inclusive com a possibilidade de proposta de acordo pelo pagamento a vista (art. 113, §2° da Lei 6.514/08).

DO MÉRITO

1) <u>AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA</u>

A Constituição Federal de 1988 assegura em seu art. 5°, que *todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade.*

Ademais, à luz do princípio da intranscendência das penas, elencada no art. 5°, XLV da CF/88, nenhuma pena passará da pessoa do condenado, dessa forma, impossível penalizar terceiros, *in casu*, o Defendente, por suposta prática de perfurar poços sem a devida autorização Estadual.

Data vênia, tem-se nos autos o Peticionante como construtor civil que trabalha construindo residências unifamiliares individuais para o programa do governo federal (casa verde amarela), das quais necessitaram perfurações de poços ante ao não abastecimento de um bem essencial pelo serviço público.

Após o término de cada imóvel, é protocolada a documentação para formalização do processo de financiamento na CAIXA ECONOMICA FEDERAL, momento em que juntado a Outorga ou Dispensa de Outorga.

Neste sentido, utilizou-se do dispositivo legal previsto no art. 1° da Resolução n° 09/2010 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH que assim determina:

> Art. 1°. **Estão dispensados da outorga de direito de uso de recursos hídricos os usos considerados insignificantes,** *conforme definidos no art.13 da Lei Estadual 6.381/2001.*
>
> 1°. Os usuários insignificantes deverão solicitar a Declaração de dispensa de outorga ao órgão gestor de recursos hídricos.
>
> §2°. O requerimento de Declaração de Dispensa de Outorga deverá ser protocolado no órgão gestor dos recursos hídricos, em formulário próprio, disponibilizado pelo órgão.
>
> Art.13. Independem de outorga, conforme definido em regulamento:
>
> I – o uso dos recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural;
>
> II – as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes por decisão dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográficas ou órgão dos recursos hídricos, no caso de inexistência de Comitês.

Por outro lado, é cediço que a responsabilidade pelo imóvel é do proprietário. Tal fato, porém, não atrai a responsabilidade administrativa do peticionante, em razão da natureza penalizadora da infração.

Ocorre que o Defendente não se enquadra nas disposições legais ora imputadas, em razão de não ter praticado, tão pouco dado causa a nenhuma infração ao meio ambiente. Do mesmo modo, não se omitiu às regras jurídicas, e logo, incabível a imputação daquelas infrações, porquanto a norma exige a presença de dolo específico, seja ele direto ou mesmo eventual, não se admitindo a modalidade culposa no caso em comento.

Com a devida vênia, o cometimento de delitos pelos administrados não pode ser imputado diretamente pela autoridade fiscalizadora por simples presunção quando da ausência de flagrante delito e sem o devido processo legal ou investigação, ou seja, constatar o suposto dano ambiental e imputar ao Defendente a prática da infração, que tão somente utilizou-se da legislação para trazer aos moradores o serviço público não disponibilizado até então.

Pelo que se verifica, resta ausente, portanto, os pressupostos caracterizadores da infração imputada, pois não ficou demonstrado pela autoridade fiscalizadora, a intenção do Defendente em infringir a lei ambiental.

Nesse diapasão, dispõe o art. 95 do Dec. 6.514/08, que

> *Art. 95. O processo será orientado pelos* ***princípios da legalidade****, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade,* ***moralidade, ampla defesa, contraditório****, segurança jurídica, interesse público e eficiência, bem como pelos critérios mencionados no parágrafo único do art. 2o da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.*

O referido art. 2° da Lei no 9.784/99 mencionado no r. art. 95, ressalta que:

> *Art. 2° A* ***Administração Pública obedecerá****, dentre outros, aos* ***princípios da legalidade, finalidade****, motivação, razoabilidade, proporcionalida-*

> *de, **moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.***
>
> ***Parágrafo único.** Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*
>
> ***I - atuação conforme a lei e o Direito;***
>
> *II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;*
>
> *III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;*
>
> ***IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;***
>
> *V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;*
>
> ***VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;***
>
> *VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;*
>
> *VIII – observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;*
>
> *IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;*
>
> *X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;*
>
> *XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;*
>
> *XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;*
>
> ***XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.** (G.N)*

Portanto, em atendimento aos r. princípios elencados na própria norma ambiental, espera-se o cancelamento do AIA lavrado em desfavor do Defendente, diante da atipicidade da conduta.

2) <u>IMÓVEIS PERTENCENTES A TERCEIROS</u>

Pela ordem, junta-se em defesa o comprovante de matrícula de cada imóvel autuado pela I. Secretaria Estadual, no qual se comprova que todos são unidades UNIFAMILIARES da qual se encontram registradas em nome das respectivas famílias proprietárias.

Doravante, segundo o art. 2° e 3° da Resolução n° 09/2010 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH:

> Art. 2°. É considerada captação superficial insignificante aquela que **não exceda a vazão máxima de 86 m3/dia**, com a vazão instantânea máxima de 1L/s, para qualquer uso.
>
> Art.3°. Considera-se extração subterrânea insignificante:
>
> I – **o abastecimento residencial unifamiliar;**
>
> II – **até o máximo de 40m3/dia para uso residencial;**
>
> III – até o máximo de 5 m3/dia para os demais usos.

Assim, segundo consta no Relatório de Fiscalização, constou que os referidos poços com a Dispensa de Outorga encontrados no sistema SIGERH, em nome da empresa Aliar Engenharia LTDA, aferiram:

Nº da DDO	Vazão outorgada	Endereço	Coordenadas geográficas
000.057/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 336	0°52'16"S / 48°6'39"W
000.058/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 337	0°52'18"S / 48°6'39"W
000.060/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 338	0°52'18"S / 48°6'39"W
000.061/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 339	0°52'18"S / 48°6'39"W
000.062/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 340	0°52'18"S / 48°6'40"W
000.063/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 341	0°52'19"S / 48°6'40"W
000.064/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 342	0°52'19"S / 48°6'40"W
000.065/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 343	0°52'19"S / 48°6'40"W
000.456/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 333	0°52'15"S / 48°6'39"W
000.457/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 334	0°52'16"S / 48°6'39"W
000.458/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 335	0°52'16"S / 48°6'39"W
000.459/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 344	0°52'19"S / 48°6'40"W
000.460/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 345	0°52'19"S / 48°6'40"W
000.461/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 346	0°52'19"S / 48°6'40"W
000.462/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 347	0°52'19"S / 48°6'40"W
000.463/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 348	0°52'19"S / 48°6'39"W
000.464/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 349	0°52'19"S / 48°6'40"W
000.465/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 350	0°52'19"S / 48°6'42"W

Outrossim, a infração ambiental exide de forma concomitante o desenvolvimento de atividade potencialmente poluidora sem a correspondente autorização ambiental, o que somente pode ser verificado por meio de perícia ou estudo técnico.

De conformidade com a lição de Vladimir e Gilberto Passos de Freitas, constitui potencialmente poluidora atividade que possa causar degradação ambiental, isto é alteração adversa das características do meio ambiente.

In casu, a referida obra de casas unifamiliar não se trata de objeto potencialmente poluidor, muito pelo contrário. À propósito, não houve nenhum documento lavrado pelo agente fiscal que atestasse a potencialidade poluidora ou os supostos danos ambientais causados.

Com a máxima vênia, perceba-se que há clara adequação dos imóveis ao permissivo legal, estando os imóveis dentro do que a Resolução nº 09/2010 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH considera como extração subterrânea insignificante.

Isto posto, ausente, portanto, os pressupostos elementares do tipo da infração imputada (atividade potencialmente poluidora), não se podendo ter como caracterizada a infração pela simples ausência de licença ou autorização do órgão ambiental competente.

Frisa-se que o bem protegido pela normal é o meio ambiente e, uma vez ausente a prova da potencialidade poluidora, necessário o cancelamento do auto de infração.

Isto posto, a dúvida não pode militar em desfavor do Defendente, haja vista que a imposição de multa administrativa possui caráter penalizador, e afigurando-se como medida rigorosa e privativa de uma liberdade pública constitucionalmente assegurada (CF/88, art. 5º, XV, LIV, LV, LVII e LXI), requer a demonstração cabal da autoria e materialidade, pressupostos autorizadores da imposição de sanção, e na hipótese de constarem nos autos elementos de prova que conduzam à dúvida acerca da autoria delitiva, a nulidade do AIA é medida que se impõe, em observância ao princípio do *in dubio pro reo*

3) <u>DO CADASTRO NACIONAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS – CNARH</u>

Pela ordem, junta-se aos autos, como exemplificação, o requerimento no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, feito há mais de 12 meses e sem a resposta conclusiva do respectivo órgão público.

Veja-se, Excelência, não se trata de empreendimento feito ao público, como cita o agente fiscalizado. Em verdade, trata-se de imóveis individuais e unifamiliares, feitos de acordo com a demanda (compra) formalizada pelos atuais proprietários.

Como prova, junta-se aos autos a matrícula dos respectivos imóveis, comprovando que os imóveis foram construídos de forma individual, sem qualquer formalização de loteamento ou de condomínio fechado.

De mais a mais, a dúvida não pode militar em desfavor do Defendente, haja vista que a imposição de multa administrativa possui caráter penalizador, e afigurando-se como medida rigorosa e privativa de uma liberdade pública constitucionalmente assegurada (CF/88, art. 5°, XV, LIV, LV, LVII e LXI), requer a demonstração cabal da autoria e materialidade, pressupostos autorizadores da imposição de sanção, e na hipótese de constarem nos autos elementos de prova que conduzam à dúvida acerca da autoria delitiva, a nulidade do AIA é medida que se impõe, em observância ao princípio do *in dubio pro reo*.

4) VALOR DO MULTA AMBIENTAL – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

No caso de improcedência da defesa, faz-se necessário requerer a aplicação de penalidade mínima, pois a atuação da Administração deve obedecer aos princípios da legalidade, da razoabilidade e o da proporcionalidade.

Sendo assim, ao impor uma penalidade, deve-se observar o comando legal do art. 6° da Lei n. 9.605/98, que estabelece critérios para a imposição de penalidades, in verbis:

> Art. 6° Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:
>
> I – a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;
>
> II – os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;
>
> III – a situação econômica do infrator, no caso de multa.

Por seu turno, o art. 72 da Lei 9.605/98, ao discriminar as sanções cabíveis, em caso de prática de conduta lesiva ao meio ambiente, impõe estrita observância a gradação prevista no já citado art. 6°:

> Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6°: [...].

No caso, a suposta infração cometida pela Autuada está acomodada no Decreto 6.514.08 que regulamentou a Lei 9.605/98 por força do artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal, cuja finalidade é executar fielmente os dispostos preconizados na referida lei, observando irrestritamente o comando legal, como leciona José dos Santos Carvalho Filho:

> [...] O poder regulamentar não cabe contrariar a lei (*contra legem*), pena de sofrer invalidação. Seu exercício somente pode dar-se *secundum legem*, ou seja, em conformidade com o conteúdo da lei e nos limites que esta impuser. [...][1]

Pois bem. O auto de infração ambiental lavrado com base no art. 66 do Decreto 6.514/08, prevê um índice mínimo e máximo da multa, que deve ser aplicado com observância, como visto, ao disposto no art. 6o c/c art. 74 da Lei n. 9.605/98:

> Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:
>
> Multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

---

[1] CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 14a Ed. Rio de Janeiro. Editora Lummen Juris. 2005, pág. 44.

Existe, portanto, uma determinação do legislador ordinário de que haja parâmetros para regulação do valor da multa.

A interpretação que confere o entendimento da necessidade em se prever índices mínimo e máximo para o valor da multa é a que possibilita inclusive a ponderação e gradação na eleição da penalidade mais adequada, conforme regramento constante no art. 6°, daquela lei.

Isso, pois, para adequar o referido dispositivo em exame à lei e aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, a preservar notadamente o princípio da individualização da pena conforme a Constituição.

Portanto, considerando a situação fática, os critérios estabelecidos em lei e a condição sócio econômica do Autuado, a colaboração com a fiscalização, a solicitação de DDO e CNARH aos órgãos competentes, somado ao fato de que a suposta infração é de menor gravidade, sem notícias da ocorrência de dano ambiental, e, a observância aos princípios regentes, cabível, no caso de procedência do auto de infração, a aplicação no patamar mínimo legalmente previsto, ou seja, R$ 500,00.

5) CONVERSÃO DA MULTA EM ADVERTENCIA

a) LEI ESTADUAL 6.381/2001

Evidente que a Autuada não causou nenhum dano ao meio ambiente. Além do mais, a atividade é classificada como de baixo impacto ambiental.

Nesta toada, caso esta autoridade não entenda pelo cancelamento do auto de infração, requer a aplicação do art. 82 da Lei Estadual 6.381/2001, in verbis:

> Art. 82. Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração do Estado, ou pelo não-atendimento das solicitações feitas, o infrator, a critério da autoridade competente, ficará sujeito às seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:
>
> I – advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para correção das irregularidades;

b) DECRETO 6.514/2008

Subsidiariamente, se a Autoridade Julgadora não entender pela aplicação da conversão da multa em advertência com base em lei estadual, requer seja aplicado o art. 5° do Decreto 6.514/2008 que também autoriza a conversão em advertência, quando a multa máxima cominada não ultrapassar o valor de R$ 1.000,00, veja:

> Art. 5° A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.
>
> § 1° Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa consolidada não ultrapasse o valor de R$ 1.000,00 (mil reais) ou, na hipótese de multa por unidade de medida, não exceda o valor referido.

Como se vê, a legislação ambiental autoriza a conversão da multa em advertência quando preenchidos os requisitos, como é o caso dos autos, mesmo porque, como já discorrido nos capítulos anteriores, não houve a ocorrência de nenhum dano ambiental, o que autoriza, em caso de procedência, a aplicação da penalidade de multa no patamar mínimo de R$ 500,00 previsto no Decreto 6.514/08, com observância obrigatória ao art. 6° da Lei 9.605/98.

Dessa forma, caso a Autoridade Julgadora não entenda pelo cancelamento do auto de infração ou sua conversão com base na legislação estadual, requer a aplicação do § 1°, art. 5° do Decreto 6.514/08.

6) ATENUANTES DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

Não sendo o caso de anulação/cancelamento do auto de infração ou sua conversão em advertência, requer sejam aplicadas as circunstâncias atenuantes para fins de redução do valor da multa, porque:

(i) O Autuado colaborou com a fiscalização;
(ii) Atendeu à fiscalização;
(iii) Possui baixo grau de instrução ou escolaridade;
(iv) É micro infrator;
(v) Foi requerida a autorização ambiental (DDO e CNARH);
(vi) Possui alvará de funcionamento da municipalidade; e,
(vii) Não ocorreu nem há notícia de dano ambiental;

Dessa forma, requer a redução do valor da multa para o mínimo legal previsto no art. 66 do Decreto 6.514/08.

CONCLUSÃO

Ex positis, em conformidade com os fatos trazidos e as provas produzidas em instrução processual, impugna-se todos os pleitos formulados no Auto de Infração e se requer que se digne Vossa Excelência a julgar as preliminares e, somente após o julgamento, analisar e adentrar nas razões de mérito, momento em que se espera o cancelamento do AIA lavrado em desfavor do Defendente ou a condução nos termos apresentados pela defesa.

Entrementes, caso Vossa Excelência entenda em sentido contrário, fato que se alega por eventualidade, requer que sejam consideradas as razões de mérito ora apresentadas em Defesa Administrativa, com a consequente conversão com base na legislação estadual ou a aplicação da penalidade de multa no patamar mínimo de R$ 500,00 (Art. 66 do Decreto 6.514/08, com observância obrigatória ao art. 6° da Lei 9.605/98).

Termos em que pede Deferimento.

Belém, 18 de outubro de 2022

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM

ALIAR ENGENHARIA LTDA
p.r FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM

Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Diretoria de Fiscalização Ambiental - DIFISC

Belém - PA, 10 de Agosto de 2022

Notificação N°.: 159987/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022

Á
FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM
End: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 264 - BAIRRO: BOM JESUS
CEP: 68675-000 Mãe do Rio - PA

Pelo presente instrumento, fica ao senhor **FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM,** notificada de acordo com os autos do Processo Administrativo Infracional nº **26869/2022** no qual consta o Auto de Infração nº **AUT-1-S/22-06-00686,** lavrado por esta Secretaria, ante a constatação do exercício de Captação de águas subterrâneas, em face de perfurar 1 (um) poço tubular semi-artesiano para extração de água subterrânea sem a devida autorização pelo órgão ambiental competente, **contrariando** o Art. 81, Inciso IV e VI, da Lei Estadual nº 6.381/2001 e do Art. 66, do Decreto Federal nº 6.514/2008, **enquadrando-se** no Art. 118, Inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, **em consonância** com o Art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998 e do Art. 225, da Constituição Federal 1988.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto no prazo de 15 dias a contar da data de ciência da presente notificação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/1995.

Esta notificação, juntamente com uma via do Auto de Infração será encaminhada via correios.

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

- Adrielle Baia Rodrigues 10/08/2022 - 17:02;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: https://titulo.page.link/YZ5U

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/22-06-00686

SETOR RESPONSÁVEL			
GERAD - Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras			
LAVRATURA	HORA	TIPO DE INFRAÇÃO	ATIVIDADE
20/6/2022	15:58	Poluição / Degradação	Captação de Aguas subterrâneas.

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

Em face de perfurar um (01) poço tubular semi-artesiano para extração de água subterrânea sem a devida autorização pelo órgão ambiental competente.

DADOS DO AUTUADO

NOME / RAZÃO SOCIAL	CPF / CNPJ	RG	TELEFONE
FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM	844.581.512-15	Não informado	Não informado

DESCRIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO	CEP	MUNICÍPIO / UF
RUA BARAO DO RIO BRANCO, 264, BOM JESUS, MAE DO RIO - PA	68675-000	Mãe do Rio / PA

LOCAL DA INFRAÇÃO

MUNICÍPIO / UF	LATITUDE	LONGITUDE
Vigia / PA	S 00°52'19"	W 48°06'39"

DESCRIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO

Rodovia PA 412, rua 01, S/N Bairro da Zona Rural CEP: 68.780 -000 municipio ; Vigia/PA (Nas mediações do Residencial Jardim do Vale). Rua 01, casa 348, 0°52'19"S / 48°6'39"W

ENQUADRAMENTO

CONTRARIANDO

Art. 81, Inciso IV e VI, Da/Do Lei Estadual nº 6.381/2001
Art. 66, Da/Do Decreto Federal nº 6.514/2008

ENQUANDRANDO-SE

Art. 118, Inciso VI, Da/Do lei Estadual n° 5.887/1995

EM CONSONÂNCIA

Art. 70, Da/Do lei Federal n° 9.605/1998
Art. 225, Da/Do Constituição Federal 1988

OBSERVAÇÕES

Estes Autos de Infração foram lavrados nesta SEMAS/PA, com base no RT nº 15907/GEOUT/2021, em 09/12/2021,constante DOC nº 41120/2021, em 09/12/2021.

Sujeitando-se as penalidades previstas no art. 119, incisos I ao XIII, da Lei Estadual nº 5.887 e 09/05/95. Ficando o infrator notificado a apresentar, querendo, defesa por escrito, no prazo de 15 dias (corridos), à SEMAS.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/22-06-00686

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	AUTUADO
(Assinado digitalmente em 12/7/2022 13:29) Claudio Haydemar de Oliveira Ramos Agente de Fiscalização Matrícula: 5954898-1 Portaria: 133/2021 Setor: GERAD - Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras	O autuado recebeu a primeira via do presente auto do qual ficou ciente em. Vigia, 20 de Junho de 2022 FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM

TESTEMUNHAS

(Assinado digitalmente em 12/7/2022 13:29) Gustavo Aires Sarmanho Matrícula: 5954934-1 GERAD - Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras	**(Assinado digitalmente em 12/7/2022 13:29)** Bruno Frias Caraciolo Matrícula: 5954945-1 GERAD - Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras

Declaração de Dispensa de Outorga nº DDO-000.463/2021

Validade: 13/05/2026

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei Estadual nº 6.381, de 25 de julho de 2001, e em conformidade com a Resolução nº009, de 18 de outubro de 2010, concede a presente Declaração de Dispensa de Outorga de Usos de Recursos Hídrico ao interessado abaixo discriminado.

CONCEDE:

- DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE OUTORGA para captação de água subterrânea, através de poço(s), sob responsabilidade de ALIAR ENGENHARIA LTDA, CPF: 844.581.512-15.

- O(s) referido(s) poço(s) está(ão) localizado(s) **em sua propriedade** , no endereço: Rua 01, 348 no bairro Siqueira, no município de Vigia, neste Estado.

- O(s) poço(s) dispensado(s) de outorga é(são):

- POÇO TUBULAR SEMI-ARTESIANO, localizado nas coordenadas 0° 52' 19"S e 48° 6' 39"W, com vazão concedida de 1 m³/dia. A finalidade do uso da água é o abastecimento humano em uma residência unifamiliar.

- É Dispensado da Outorga de Direito de Recursos Hídricos, de acordo com a Resolução CERH nº 9, Art. 3º, I de 18/10/2010 que dispõe sobre os usos que independem de outorga.

> Art. 3º. Considera-se extração subterrânea insignificante:
>
> I - o abastecimento residencial unifamiliar.
>
> [...]

OBRIGAÇÃO

- Quaisquer modificações nas características desta Declaração de Dispensa de Outorga deverão ser previamente comunicadas a esta Secretaria, pelo requerente, para efeito de análise e verificação quanto ao deferimento da alteração proposta;

- Dar cumprimento as condicionantes conforme disposto neste documento, o prazo das mesmas será contabilizado a partir da data de ativação desta Dispensa de Outorga;

- Este documento não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

OBSERVAÇÃO

- Solicitar sua renovação com antecedência mínima de 180 dias do prazo do término de sua vigência.

CONDICIONANTES

Enviar os documentos e/ou registros fotográficos, via SIGERH-PA, que comprovem o cumprimento das condicionantes abaixo:

Prazo: 90 Dias

1 - Realizar o Cadastro Estadual de Recursos Hídricos - CERH, conforme determina Decreto Estadual nº 1.227/2015, este deverá ser realizado no site (www.semas.pa.gov.br/tfrh);

Prazo: 120 Dias

2 - Instalar hidrômetro na tubulação de saída do(s) poço(s), apresentando as especificações técnicas do equipamento e encaminhar registros fotográficos, com vista de detalhe e panorâmica, após a instalação do mesmo.

Prazo: 365 Dias

3 - Realizar, a cada 365 dias, as análises físico-químicas e bacteriológicas da água coletada na saída do poço, contendo os parâmetros: bicarbonato, cálcio, carbonatos, cloreto, coliformes fecais, coliformes totais, condutividade elétrica, dureza total, ferro total, fluoreto, magnésio, manganês, nitrato expresso em N, nitrito expresso em N, pH, potássio, sódio, sólidos totais dissolvidos, sulfatos e temperatura.

Solicitamos sua especial atenção para o fato de que o não atendimento das condições consignadas neste expediente levará ao enquadramento automático do usuário nas normas penais da legislação ambiental em vigor.

Belém, 13 de maio de 2021.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o link abaixo ou utilize um dispositivo para a leitura do QR Code ao lado:

https://scu4p.app.goo.gl/qDHt

Cadastro Interferência

Caracterização do Ponto de Interferência

Código da Interferência: 1152601

Tipo: Captação

Denominação do Ponto: ALIAR ENGENHARIA LTDA

Subtipo: Subterrânea

Caracterização do Empreendimento

Nome do Empreendimento: ALIAR ENGENHARIA LTDA

No. CNARH: 15.0.0378756/58

Localização

UF: PA

Município: VIGIA

Latitude: S 0° 52' 16.60"

Longitude: W 48° 6' 39.50"

Nome do Corpo Hídrico: -------

Tipo Corpo Hídrico: Poço

Domínio: Estadual

Nome do Corpo Hidríco Alterado:

Informações do Usuário de Recursos Hídricos

CPF: 005.296.352-75

Nome do Usuário: PAULO SILVA DE AVIZ JUNIOR

Email: pauloavizjr@gmail.com

Telefone: (91) 98862-7008

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Cadastro Interferência

Endereço de Correspondência

CEP: 68.675-000

Logradouro: Rua Pedro Vieira

Complemento:

Número: 192

Bairro: Nazaré

UF: PA

Município: VIGIA

Caixa Postal:

Informações de Uso

Finalidade: Consumo Humano

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Cadastro Interferência

Dados de Operação

Mês	Vazão (m³/h)	Horas / Dia	Dia / Mês	Volume (m³/mês)
Janeiro	1,0000	3,0	28	84,00
Fevereiro	1,0000	3,0	28	84,00
Março	1,0000	3,0	28	84,00
Abril	1,0000	3,0	28	84,00
Maio	1,0000	3,0	28	84,00
Junho	1,0000	3,0	28	84,00
Julho	1,0000	3,0	28	84,00
Agosto	1,0000	3,0	28	84,00
Setembro	1,0000	3,0	28	84,00
Outubro	1,0000	3,0	28	84,00
Novembro	1,0000	3,0	28	84,00
Dezembro	1,0000	3,0	28	84,00

Vazão Máxima Instantânea (m³/h): 1,00

Vazão Média (m³/h): 1,00

Volume Anual: 1.008,00

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Cadastro Interferência

Dados da Autorização

Situação da Regularização: Em Análise

Situação da Interferência:

Observações: Poço semi-artesiano que abastece uma residencia unifamiliar.

Data de Inserção: 25/01/2021

Código Declaração:

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

SUZANNE TEIXEIRA BRAGA TOURINHO, Tabeliã e Registradora, Responsável Interina, do Cartório do 2º Ofício do Município e Comarca de Vigia, Estado do Pará, nomeada pela Portaria n. 1654/2020-GP do TJ/PA, na forma da Lei, etc.

C E R T I F I C A,

Matr. 6639, Livro 2-AF, fls. 207. Em: 29.12.2020. Protocolo nº 10124, Livro 1-C, fls. 268, de 29.12.2020. **IMÓVEL**: Um terreno urbano denominado "**LOTE Nº 348**", situado à Rua 01, s/nº, Bairro Siqueira, nesta cidade de Vigia/PA, medindo **172,00m²** (cento e setenta e dois metros quadrados), com Alinhamento frontal medindo 8,00m, para a Rua 01, lateral direita 21,50m, com o imóvel da Aliar Engenharia, nº 349, 8,00m, travessão do fundo com imóvel do Sr. Lauro Santos Siqueira e 21,50m, pela lateral esquerda com da Aliar Engenharia, nº 347. ORIGEM: Av.02-Matr. 6551, Livro 2-AF, fls. 065. **PROPRIETÁRIA**: **ALIAR ENGENHARIA LTDA. - EPP,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) número 23.264.836/0001-07, NIRE nº 15201419397, com sede na Rua Barão do Rio do Branco, nº 264, bairro Bom Jesus, na cidade de Mãe do Rio/PA, CEP: 68.675-000. Dou Fé. Vigia/PA, 29 de dezembro de 2020. (a) (Wanderley Moraes Parronchi, Escrevente Autorizado). SELO "GERAL", Série "H" n. 013.005.203 - Emol: R$105,30 + SELO: R$0,85 = R$106,15.

****

AV.01-Matr. 6639, Livro 2-AF, fls.207. Em: 26.05.2021. Protocolo nº 10299, Livro 1-D, fls. 012, de 26.05.2021. **CONSTRUÇÃO**. Conforme Carta de Habite-se nº 0010/2021, datado de 05.05.2021, Alvará de Licença para Construção nº 0010/2021, datado de 23.04.2021, e Certidão Negativa de Débito, datada de 25.05.2021, documentos estes expedidos pela Prefeitura Municipal de Vigia/PA, e ainda Anotação de Responsabilidade Técnica ART. n. PA20210588339 e cópia heliográfica da respectiva planta do imóvel, elaborados pelo Engenheiro Civil, Francisco Marcio Parnaíba Crispim, CREA n.21221D/PA, juntamente com requerimento do(a) interessado(a) datado de 26.05.2021, os quais ficam arquivados nesta Serventia, procede-se a presente averbação de acordo com o disposto no art. 167, II, 04, da Lei Federal 6.015/73, para constar que a(o) proprietária(o), **CONSTRUIU** no lote de terreno objeto desta matrícula, UMA CASA RESIDÊNCIAL UNIFAMILIAR em alvenaria, de um pavimento, contendo os seguintes compartimentos: 01 pátio, 01 sala de estar, 02 quartos, 01 banheiro social, 01 cozinha e 01 área de serviço, com todas as suas instalações, benfeitorias e pertences, situada na Rua 01, nº 348, Loteamento Jardim do Valle, km 03, Bairro Siqueira, nesta cidade de Vigia/PA, CEP: 68.780-000, com 60,00m² (sessenta metros quadrados) de área total construída. ***Nota:** Imóvel avaliado em R$68.000,00 (sessenta e oito mil reais). *Isento da apresentação da CND para com o INSS com relação à construção ora averbada, uma vez que conforme documentos apresentados, trata-se de construção residencial unifamiliar com área construída inferior ao estabelecido pela legislação vigente; Dou Fé. Vigia/PA, 26 de maio de 2021. (a) (Wanderley Moraes Parronchi, Escrevente Autorizado). SELO "GERAL" SÉRIE "I" ns. 000.147.892 e 000.147.901 - Emol: R$368,40 + SELO: R$1,70 = R$370,10.

Este documento foi assinado digitalmente em 14/10/2022 às 15:33:16 por ALANA LORENA LOBATO MOTA:02084321247.
Chave Pública: RSA (2048 bits).

****

R.02-Matr. 6639, Livro 2-AF, fls. 207. Em: 06.08.2021. Protocolo nº 10438, Livro 1-D, fls. 044, de 06.08.2021. **COMPRA E VENDA.** TRANSMITENTE: ALIAR ENGENHARIA LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.23.264.836/0001-07, situada à R. Barão do Rio Branco, n.264, Bom Jesus, em Mãe do Rio/PA, representada pelos sócios FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM, brasileiro, solteiro, engenheiro, nascido em 13.07.1986, inscrito no CPF sob o n.844.581.512-15, portador da Carteira Funcional n.1509866680 CREA/PA, expedida em 19.09.2012, residente e domiciliado na R. Odete Batista, n.317, Bom Jesus, em Mãe do Rio/PA e JOSÉ RODRIGO CABRAL MELO, brasileiro, solteiro, proprietário de microempresa, nascido em 22.10.1982, inscrito no CPF sob o n.680.338.692-91, portador da C.N.H n.03638301720 DETRAN/PA, expedida em 24.06.2015, residente e domiciliado na R. Candido Crispim Mendes, n.903, Silas Freitas, em Mãe do Rio/PA. **ADQUIRENTE**: **ISABELLE CRISTINE COSTA FERNANDES**, nascida em 05.02.1999, inscrita no CPF sob o n.704.333.532-95, portadora do RG nº 8261425 PC/PA expedida em 15.10.2015, residente e domiciliada na R. Manoel Boaventura da Silva, 0, Sol Nascente, na cidade de Vigia/PA e **MATEUS SOEIRO DIAS**, nascido em 01.10.1998, inscrito no CPF sob o n.045.276.162-00, portador do CNH nº 06874785207 DETRAN/PA expedida em 10.07.2018, ambos brasileiros, solteiros, agentes administrativos, residentes e domiciliados na R. Manoel Boaventura da Silva, 0, Sol Nascente, na cidade de Vigia/PA. IMÓVEL: O constante desta matrícula e respectiva Av.01, ou seja, UMA CASA RESIDÊNCIAL UNIFAMILIAR em alvenaria, de um pavimento, contendo os seguintes compartimentos: 01 pátio, 01 sala de estar, 02 quartos, 01 banheiro social, 01 cozinha e 01 área de serviço, com todas as suas instalações, benfeitorias e pertences, situada na Rua 01, nº 348, Loteamento Jardim do Valle, km 03, Bairro Siqueira, nesta cidade de Vigia/PA, CEP: 68.780-000, com 60,00m² (sessenta metros quadrados) de área total construída. ORIGEM: A citada na matrícula. FORMA DO TÍTULO: Contrato de Venda e Compra de Imóvel, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia, Carta de Crédito Individual - CCFGTS – Programa Casa Verde Amarela, n.8.4444.2567564-6, com caráter de Escritura Pública, na forma do §5º do art.61 da Lei 4.380/64, datado de 16 de julho de 2021. VALOR: R$127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais); sendo R$22.887,00 (vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e sete reais), recursos próprios; e, R$2.513,00 (dois mil, quinhentos e treze reais), pagos mediante financiamento concedido pela Caixa Econômica Federal - CEF, conforme R.01 seguinte. Dou Fé. Vigia/PA, 06 de agosto de 2021. (a) (Wanderley Moraes Parronchi, Escrevente Autorizado). SELO "GERAL", Série "H" ns.000.209.962 e 000.209.963 - Emol: R$723,65 + SELO: R$1,70 = R$724,35.

****

R.03-Matr. 6639, Livro 2-AF, fls. 207. Em: 06.08.2021. Protocolo nº 10438, Livro 1-D, fls. 044, de 06.08.2021. **ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**. **CREDORA/FIDUCIÁRIA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF,** Instituição Financeira constituída sob a forma de empresa pública, pessoa jurídica de direito privado, criado pelo Decreto-Lei 759/69, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, em Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob n.00.360.305/0001-04, representada pelo Sr. TENYSON CLEBER DE ARAUJO PEREIRA, Gerente de Varejo, Matr. C129183, Ag. 4412, Santa Izabel do Pará/PA. **DEVEDORES/FIDUCIANTES: ISABELLE CRISTINE COSTA FERNANDES** e **MATEUS SOEIRO DIAS**, já qualificados acima. FORMA DO TÍTULO: Contrato de Venda e Compra de Imóvel, Mútuo e Alienação Fiduciária em Garantia no SFH - Sistema Financeiro da Habitação, n. 8.4444.2567564-6, com caráter de Escritura Pública, na forma do §5º do art.61 da Lei 4.380/64, datado de 28 de junho de 2021. DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA: O devedor fiduciante, pelo instrumento ora registrado, **transfere** neste ato à credora fiduciária, a **propriedade resolúvel do imóvel** objeto desta matrícula e respectiva AV-01, nos termos da Lei Federal 9.514/97, nas condições seguintes: VALOR TOTAL DA DIVIDA: R$101.600,00 (cento e um mil, seiscentos reais). VALOR DA GARANTIA FIDUCIÁRIA E DO IMÓVEL PARA FINS DE VENDA EM LEILÃO

Este documento foi assinado digitalmente em 14/10/2022 às 15:33:16 por ALANA LORENA LOBATO MOTA:02084321247.
Chave Pública: RSA (2048 bits).

PÚBLICO: VALOR: R$127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais). Sistema de Amortização: PRICE. Prazo de Amortização em meses: 360. Taxa Anual de Juros: Nominal: 5.2500%; Efetiva: 5.3781%. Encargo mensal inicial total: R$578,69 (quinhentos e setenta oito reais e sessenta e nove centavos). Vencimento do 1º Encargo Mensal: 16.08.2021. Época de Reajuste dos Encargos: De acordo com o item 4 do contrato. FORMA DE PAGAMENTO DOS ENCARGOS MENSAIS: Débito em conta corrente. Obrigam-se as partes pelo cumprimento de todas as demais cláusulas e condições constantes do contrato, do qual uma via fica arquivada nesta Serventia. Dou Fé. Vigia/PA, 06 de agosto de 2021. (a) (Wanderley Moraes Parronchi, Escrevente Autorizado). SELO "GERAL", Série "H" n. 000.209.964 - Emol: R$332,20 + SELO: R$0,85 = R$333,05.

****

O referido é verdade e dou fé.

Vigia/PA, 14 de outubro de 2022

ALANA LORENA LOBATO MOTA
Escrevente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SELO DIGITAL CERTIDÃO Nº: 000929573 - SÉRIE: A - SELADO EM: 14/10/2022
CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº: 37592900000052073595212090

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	49,30	7,40	1,23

Este documento foi assinado digitalmente em 14/10/2022 às 15:33:16 por ALANA LORENA LOBATO MOTA:02084321247.
Chave Pública: RSA (2048 bits).

República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CONFEA CREA

Registro Nacional
150986668-0

Nome
FRANCISCO MÁRCIO PARNAÍBA CRISPIM

Filiação
JOSÉ ANTONIO CRISPIM
MARIA PARNAÍBA CRISPIM

C.P.F. 844.581.512-15
Documento de Identidade 3953516 PC-PA
Tipo Sang.

Nascimento 13/07/1986
Naturalidade IRITUIA
UF PA
Nacionalidade BRASIL

Crea de Registro CREA-PA
Emissão 19/09/2012
Data de Registro 01/08/2011

Ass. Presidente
Registro no Crea 21221D PA

Título Profissional
Engenheiro Civil

Ass. do Profissional

01089322S

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

Espécie: OUTORGA DE PODERES DE FRANCISCO MARCIO PARNAÍBA CRISPIM PARA THIAGO LEONARDO DE SOUSA CRISPIM

Protocolo: **00079** Data: **11/10/2022** Livro: **001** Folha:**126**

PROCURAÇÃO PÚBLICA que faz e assina na forma abaixo declarada **FRANCISCO MARCIO PARNAÍBA CRISPIM**, constituindo seu procurador **THIAGO LEONARDO DE SOUSA CRISPIM.**

SAIBAM os que este público instrumento de procuração bastante virem que, na data de 11/10/2022 (onze de outubro de dois mil e vinte e dois) nesta Cidade e Comarca de Aurora do Pará, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, neste Cartório situado na Rua Estrela de Ouro, n° 74, Bairro Centro, CEP 68.658-000, perante mim Tabelião compareceu como **OUTORGANTE**: **FRANCISCO MARCIO PARNAÍBA CRISPIM,** de nacionalidade brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 05462568919 DETRAN/PA emitida em 13/09/2017 e inscrito no CPF/MF sob o nº 844.581.512-15, nascido aos treze (13) dias do mês de julho (07) do ano de um mil e novecentos e oitenta e seis (1986), residente e domiciliado à RUA ODETE BATISTA, n° 317, BOM JESUS, Mãe do Rio/PA. Reconhecidos como o próprio, uma vez que se identificou perante mim, através dos documentos apresentados, do que dou fé. O **OUTORGANTE** então disse que, por este público instrumento e nos termos de direito, nomeia e constitui seu procurador: **THIAGO LEONARDO DE SOUSA CRISPIM**, de nacionalidade brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 04943627578 DETRAN/PA emitida em 21/12/2020 e inscrito no CPF/MF sob o nº 771.821.892-91, nascido aos quatorze (14) dias do mês de setembro (09) do ano de um mil e novecentos e oitenta e três (1983), residente e domiciliado à Rua Primeiro de Junho, n° 12, Mangueirão, Belém/PA, a quem confere amplos e gerais poderes para representá-lo junto à **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, do Governo do Estado do Pará**, em qualquer de seus escritórios e representações, diretorias ou órgãos internos, e perante qualquer de seus agentes, fiscais, servidores e/ou diretores, podendo para tanto: apresentar-se em lugar do Outorgante em qualquer ato que requeira sua presença; requerer certidões, confirmação de cadastro e quaisquer outros documentos referentes a pessoa do OUTORGANTE junto ao órgão referido; atuar em processos administrativos, em lugar do OUTORGANTE, podendo apresentar documentos, requerimentos e fins, apresentar defesas referentes a autos de infrações e outros processos administrativos que envolvam a pessoa do OUTORGANTE, com todos os direitos inerentes a ampla defesa, inclusive apresentação de recursos e afins, bem como celebrar acordos, confessar, negociar pagamento de taxas e multas e o que mais se fizer necessário para o cumprimento do objeto deste mandato. Também confere amplos poderes para representar o OUTORGANTE ativa e passivamente em Juízo ou fora dele, constituir advogado com os poderes da clausula "AD JUDICIA" em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal; podendo propor ações, produzir provas e justificações, acordar, transigir, desistir, firmar

compromissos, interpor recursos, agravar ou apelar de qualquer despacho ou decisão, opor embargos; e quaisquer outros atos em defesa dos interesses do OUTORGANTE, desde que em processos judiciais que tenham como causa a atuação junto a **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, do Governo do Estado do Pará. Podendo substabelecer**. Assim o disse, do que dou fé e pediu-me este instrumento que lhe li, foi achado conforme, outorga e aceita.--- CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS: As partes foram cientificadas que, de acordo com a Lei 6.015/73, os dados pessoais constantes neste ato são públicos, mas mesmo assim dão seu expresso consentimento para a divulgação dos mesmos com a finalidade de emissão de certidões, segundas vias, envio aos órgãos fiscalizadores e para cumprimento das exigências legais e regimentais, conforme Art. 7° da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). --- **A parte outorgante declara haver fornecido todos os elementos necessários à lavratura da presente, conferindo-os, lendo todo o ato e assumindo exclusiva responsabilidade, civil e criminal, por eventual erro ou inexatidão dos mesmos. Ademais, declara que têm ciência de que o ato de procuração é um ato de declaração de vontade e portanto, conferiu este instrumento e o achou conforme em todos os seus termos, por consequência, esta serventia não efetuará qualquer tipo de retificação a este ato.** (a.a) Eu, _____ **Antonio Marcos Parnaíba Crispim**, **Tabelião**, que a fiz digitar, subscrevo, dou fé e assino.(a) FRANCISCO MARCIO PARNAÍBA CRISPIM - Outorgante, ANTONIO MARCOS PARNAÍBA CRISPIM - OFICIAL. Selo(s): 000084349A.Emolumentos: R$ 130,90 + Selo: R$ 7,15 = R$ 138,05.

Aurora do Pará/PA, 11 de outubro de 2022.

Em test°. _____ da verdade.

Antonio Marcos Parnaíba Crispim
Oficial

Antônio Marcos Parnaíba Crispim
CPF nº 665.606.082-04
Tabelião de Notas/Oficial de Registro
Cartorio Lima Crispim-Tabelionato de Notas e Registros de Títulos e Documentos da Comarca de Aurora do Pará-CNS 13.933-7

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SELO DIGITAL PROCURAÇÃO PÚBLICA Nº: 000084349 - SÉRIE: A - SELADO EM: 11/10/2022
CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº: 94348000000080394510817160

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
1	130,90	19,64	3,27

CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:
ALIAR ENGENHARIA LTDA

ENGENHARIAMONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICASCONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVASOBRAS DE FUNDAÇÕES.

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

4120-4/00 - construção de edifícios.
4213-8/00 - obras de urbanização - ruas, praças e calçadas.
4222-7/01 - construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação.
4292-8/01 - montagem de estruturas metálicas.
4299-5/01 - construção de instalações esportivas e recreativas.
4311-8/02 - preparação de canteiro e limpeza de terreno.
4313-4/00 - obras de terraplenagem.
4321-5/00 - instalação e manutenção elétrica.
4322-3/01 - instalações hidráulicas, sanitárias e de gás.
4322-3/02 - instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração.
4330-4/01 - impermeabilização em obras de engenharia civil.
4330-4/02 - instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material.
4330-4/03 - obras de acabamento em gesso e estuque.
4330-4/04 - serviços de pintura de edifícios em geral.
4330-4/05 - aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores.
4391-6/00 - obras de fundações.
4399-1/03 - obras de alvenaria.
7112-0/00 - serviços de engenharia.
7119-7/03 - serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia.

CLÁUSULA QUINTA. A empresa iniciará suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA SEXTA: O capital social subscrito será de R$ 1.300.000,00 (Um Milhão Trezentos Mil Reais) dividido em 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país.

Parágrafo Único: O capital social fica assim distribuído entre os sócios:

JOSE RODRIGO CABRAL MELO, com 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) quotas, perfazendo um total de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) integralizado;
FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM, com 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) quotas, perfazendo um total de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) integralizado;

Rodrigo

CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:
ALIAR ENGENHARIA LTDA

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social:

JOSE RODRIGO CABRAL MELO nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 22/10/1982, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF/MF nº 680.338.692-91, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 03638301720, órgão expedidor DETRAN - PA, residente e domiciliado no(a) RUA CANDIDO CRISPIM MENDES, 903, SILAS FREITAS, MÃE DO RIO, PA, CEP 68.675-000, BRASIL.

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 13/07/1986, SOLTEIRO, ENGENHEIRO CIVIL, CPF/MF nº 844.581.512-15, CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL nº 1509866680, órgão expedidor CREA - PA, residente e domiciliado no(a) RUA BARAO DO RIO BRANCO, 264, BOM JESUS, MÃE DO RIO, PA, CEP 68.675-000, BRASIL.

Resolvem constituir uma sociedade limitada mediante as seguintes cláusulas.

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial ALIAR ENGENHARIA LTDA e nome fantasia ALIAR ENGENHARIA.

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem sede: RUA BARAO DO RIO BRANCO, 264, BOM JESUS, MÃE DO RIO, PA, CEP 68.675-000.

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/2002.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade tem por objeto(s) social(ais):

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOSOBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADASCONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃOINSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃOIMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVILINSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIALOBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUEPREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENOSERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERALAPLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORESOBRAS DE ALVENARIAINSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁSINSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICAOBRAS DE TERRAPLENAGEMSERVIÇOS DE DESENHO TÉCNICO RELACIONADOS À ARQUITETURA E ENGENHARIASERVIÇOS DE

Rodrigo

CLÁUSULA SÉTIMA. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA NONA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) JOSE RODRIGO CABRAL MELO , ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Parágrafo único. No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

§ 1º Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

§ 2º A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:
ALIAR ENGENHARIA LTDA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Fica eleito o foro de MÃE DO RIO para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento.

MAE DO RIO, 6 de agosto de 2015.

JOSE RODRIGO CABRAL MELO
CPF: 680.338.692-91

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM
CPF: 844.581.512-15

CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/09/2015
SOB Nº: 15201419397
Protocolo: 15/918540-8, DE 18/08/2015
ALIAR ENGENHARIA LTDA
IEDA LUCIA DE CARVALHO
SECRETÁRIA GERAL
1030539

Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EPP

A Sociedade ALIAR ENGENHARIA LTDA estabelecida na(o) RUA BARAO DO RIO BRANCO, 264 , BOM JESUS, MÃE DO RIO, PA, CEP 68.675-000, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da lei, que se enquadra nas condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 316
Descrição do Ato: Enquadramento EMPRESA DE PEQUENO PORTE

MAE DO RIO, 6 de agosto de 2015.

José Rodrigo Cabral Melo
Sócio: JOSE RODRIGO CABRAL MELO

Francisco Márcio P. Crispim
Sócio: FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM

Para uso exclusivo da Junta Comercial

DEFERIDO EM 14/09/15

Helayne Alves
Técnica GRM
Mat 5821495/3

CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/09/2015
SOB Nº. 20000448706
Protocolo: 15/918536-0, DE 18/08/2015
Empresa:15 2 0141939 7
ALIAR ENGENHARIA LTDA

Carvalho
IEDA LUCIA DE CARVALHO
SECRETÁRIA GERAL

1030544

Requerimento: 81500000263897

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP

CNPJ nº 23.264.836/0001-07

JOSE RODRIGO CABRAL MELO nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 22/10/1982, SOLTEIRO, EMPREARIO, CPF nº 680.338.692-91, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 03638301720, órgão expedidor DETRAN - PA, residente e domiciliado no (a) RUA CANDIDO CRISPIM MENDES, 903, SILAS FREITAS, MÃE DO RIO, PA, CEP 68675000, BRASIL.

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 13/07/1986, SOLTEIRO, ENGENHEIRO CIVIL, CPF nº 844.581.512-15, CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL nº 1509866680, órgão expedidor CREA - PA, residente e domiciliado no (a) RUA BARAO DO RIO BRANCO, 264, BOM JESUS, MÃE DO RIO, PA, CEP 68675000, BRASIL.

Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial **ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado do Pará, sob NIRE nº 15201419397, com sede Rua Barão do Rio Branco, 264 , Bom Jesus Mãe do Rio, PA, CEP 68.675-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 23.264.836/0001-07, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 300.000 (trezentos mil) quotas de capital, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, **cuja redução prevista no Art. 1.082, II, CC/2002 por ser excessivo em relação ao objeto social,** subscrito neste ato, pelos sócios. Em decorrência da redução do capital social este fica assim distribuído:

JOSE RODRIGO CABRAL MELO, com 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, perfazendo um total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) integralizado.

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM, com 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, perfazendo um total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) integralizado.

Certifico o Registro em 06/10/2017
Arquivamento 20000538838 de 06/10/2017 Protocolo 176092340 de 27/09/2017
Nome da empresa ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP NIRE 15201419397
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucepa.pa.gov.br/regin.pa/TELAVALIDADOCS.aspx
Chancela 81822534591753

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP

CNPJ nº 23.264.836/0001-07

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA. A administração da sociedade caberá isoladamente a(o) Sócio(a) **JOSE RODRIGO CABRAL MELO,** isoladamente a(o) Sócio(a) FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA. O (s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUARTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece BELÉM PA.

CLÁUSULA QUINTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Jose Rodrigo C. Melo

Certifico o Registro em 06/10/2017
Arquivamento 20000538838 de 06/10/2017 Protocolo 176092340 de 27/09/2017
Nome da empresa ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP NIRE 15201419397
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucepa.pa.gov.br/regin.pa/TELAVALIDADOCS.aspx
Chancela 81822534591753

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP

CNPJ nº 23.264.836/0001-07

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

BELEM-PA, 6 de setembro de 2017.

JOSÉ RODRIGO CABRAL MELO
CPF: 680.338.692-91

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM
CPF: 844.581.512-15

JUCEPA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 06/10/2017 SOB Nº: 20000538838
Protocolo: 17/609234-0, DE 27/09/2017
Empresa:15 2 0141939 7
ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP
MARCELO CEBOLÃO
SECRETÁRIO GERAL

Certifico o Registro em 06/10/2017
Arquivamento 20000538838 de 06/10/2017 Protocolo 176092340 de 27/09/2017
Nome da empresa ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP NIRE 15201419397
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucepa.pa.gov.br/regin.pa/TELAVALIDADOCS.aspx
Chancela 81822534591753

JUCEPA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

176092340

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP
PROTOCOLO	176092340 - 27/09/2017
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 15201419397
CNPJ 23.264.836/0001-07
CERTIFICO O REGISTRO EM 06/10/2017
SOB N: 20000538838

Marcelo A. P. Cebolão
Secretário Geral

09/10/2017

Certifico o Registro em 06/10/2017
Arquivamento 20000538838 de 06/10/2017 Protocolo 176092340 de 27/09/2017
Nome da empresa ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP NIRE 15201419397
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucepa.pa.gov.br/regin.pa/TELAVALIDADOCS.aspx
Chancela 81822534591753

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP

CNPJ nº 23.264.836/0001-07

JOSE RODRIGO CABRAL MELO nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 22/10/1982, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº 680.338.692-91, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 03638301720, órgão expedidor DETRAN - PA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA CANDIDO CRISPIM MENDES, 903, SILAS FREITAS, MÃE DO RIO, PA, CEP 68675000, BRASIL.

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 13/07/1986, SOLTEIRO, ENGENHEIRO CIVIL, CPF nº 844.581.512-15, CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL nº 1509866680, órgão expedidor CREA - PA, residente e domiciliado(a) no(a) RUA BARAO DO RIO BRANCO, 264, BOM JESUS, MÃE DO RIO, PA, CEP 68675000, BRASIL.

Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial **ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP,** registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado do Pará, sob NIRE nº 15201419397, com sede Rua Barão do Rio Branco, 264 , Bom Jesus Mãe do Rio, PA, CEP 68.675-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 23.264.836/0001-07, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA PRIMEIRA. O sócio **JOSE RODRIGO CABRAL MELO** transfere o valor de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), de suas quotas, direta e irrestritamente ao sócio **FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM**, da seguinte forma: O SOCIO **JOSE RODRIGO CABRAL MELO** TRANSFERI PARTE DE SUAS QUOTAS NO VALOR DE R$ 30.000,00(TRINTA MIL REAIS) PARA O SOCIO **FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM.** Dando plena, geral e irrevogável quitação.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA SEGUNDA. O capital totalmente integralizado permanece R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 300.000 (trezentos mil) quotas de capital, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo redistribuído neste ato, pelos sócios, decorrência da redistribuição das quotas do capital social, este fica assim distribuído:

Req: 81700000446188

Certifico o Registro em 04/12/2017
Arquivamento 20000544563 de 04/12/2017 Protocolo 175898502 de 01/12/2017
Nome da empresa ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP NIRE 15201419397
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucepa.pa.gov.br/regin.pa/TELAVALIDADOCS.aspx
Chancela 66377899584302

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP

CNPJ nº 23.264.836/0001-07

JOSE RODRIGO CABRAL MELO, com 120.000 (cento e vinte mil) quotas, perfazendo um total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reáis) integralizado.

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM, com 180.000 (cento e oitenta mil) quotas, perfazendo um total de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) integralizado.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. A administração da sociedade cabe Sócio **JOSE RODRIGO CABRAL MELO e/ou FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUARTA. Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUINTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece BELEM/PA.

CLÁUSULA SEXTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Certifico o Registro em 04/12/2017
Arquivamento 20000544563 de 04/12/2017 Protocolo 175898502 de 01/12/2017
Nome da empresa ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP NIRE 15201419397
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucepa.pa.gov.br/regin.pa/TELAVALIDADOCS.aspx
Chancela 66377899584302

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP

CNPJ nº 23.264.836/0001-07

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

BELEM/PA, 30 de novembro de 2017.

JOSE RODRIGO CABRAL MELO
CPF: 680.338.692-91

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM
CPF: 844.581.512-15

Req: 81700000446188

Certifico o Registro em 04/12/2017
Arquivamento 20000544563 de 04/12/2017 Protocolo 175898502 de 01/12/2017
Nome da empresa ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP NIRE 15201419397
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucepa.pa.gov.br/regin.pa/TELAVALIDADOCS.aspx
Chancela 66377899584302

JUCEPA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

175898502

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	**ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP**
PROTOCOLO	**175898502 - 01/12/2017**
ATO	**002 - ALTERAÇÃO**
EVENTO	**021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)**

MATRIZ

NIRE 15201419397
CNPJ 23.264.836/0001-07
CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2017
SOB N: 20000544563

Marcelo A. P. Cebolão
Secretário Geral

04/12/2017

Certifico o Registro em 04/12/2017
Arquivamento 20000544563 de 04/12/2017 Protocolo 175898502 de 01/12/2017
Nome da empresa ALIAR ENGENHARIA LTDA EPP NIRE 15201419397
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucepa.pa.gov.br/regin.pa/TELAVALIDADOCS.aspx
Chancela 66377899584302

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Número do Protocolo: 2022/0000037194

Empreendimento: Processo - 2022/0000026869

Local, data e hora do envio: Belém – PA, 18/10/2022 15:52:30

Setor de origem: Gerência de Protocolo e Atendimento

Procedimento de origem: GEPAT-Protocolo

Funcionário que enviou: Ana Cláudia Saraiva Costa Macedo

Setor de destino: Diretoria de Fiscalização Ambiental

Procedimento de destino: DIFISC - Tramitação

Aos cuidados de:

Despacho: Defesa Administrativa AI n° S-22-06-00686

Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Número do Protocolo: 2022/0000037194

Empreendimento: Processo - 2022/0000026869

Local, data e hora do envio: Belém – PA, 19/10/2022 10:23:55

Setor de origem: Diretoria de Fiscalização Ambiental

Procedimento de origem: DIFISC - Tramitação

Funcionário que enviou: José Maria Ribeiro Pojo

Setor de destino: Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras

Procedimento de destino: GERAD-Tramitação

Aos cuidados de: Aline Maria Henriques Uchoa

Despacho: Conforme despacho da GEPAT, encaminho documento (Defesa Administrativa ref. Auto de Infração AUT-1-S-22-06-00686 e PROC. 26869-2022) para análise e demais providências, assim como juntar ao referido processo.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

Relatório Técnico

RT Nº: 15907/GEOUT/2021

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROTOCOLO

Protocolo

- **Número:** 2021/0000041120
- **Data Protocolo:** 06/12/2021

Empreendimento:

- **Nome / Razão Social / Denominação:** ALIAR ENGENHARIA LTDA

Assunto:

- Relatório Técnico de Vistoria

Serão apresentadas nesse relatório, as principais observações feitas durante a vistoria técnica realizada no dia 20/10/2021, pelas técnicas Marilucia Teixeira Silva e Nayra Michelly das Chagas Souza, devidamente autorizados por esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, visando verificar a situação de 18 (dezoito) poços regularizados através de títulos de Dispensa de Outorga emitido pelo sistema SIGERH (tabela em anexo), localizados na Rodovia PA 412, Km 03, Rua 01, CEP: 68.780-000, Vigia, pertencente à empresa ALIAR ENGENHARIA LTDA. A vistoria foi acompanhada pelo mestre de obras da construção.

Essa vistoria foi provocada, tendo em vista que no dia 15/02/2021, o empreendimento Solar Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA protocolou um processo solicitando Outorga de Direito para 01 poço tubular, onde posteriormente foi solicitado o arquivamento de tal processo. A partir de tal processo, verificou-se a existência de 18 títulos de dispensa de outorga em nome do empreendimento Aliar Engenharia LTDA, onde destas, 16 estão cadastradas no CPF nº 844.581.512-15, e duas estão cadastrados no CNPJ da empresa: 23.264.836/0001-07, sendo todos os poços localizados no empreendimento Residencial Jardim do Valle. Sendo assim, as técnicas foram ao local para verificação do funcionamento de tais poços, e averiguação da relação do empreendimento Solar Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA e Aliar Engenharia LTDA, aparentemente localizados no mesmo endereço.

O empreendimento da Aliar Engenharia LTDA localiza-se no limite do empreendimento Residencial Jardim do Valle, na rua 01. Não há placa de identificação da empresa no local, e não foi informado a área pertencente oficialmente à empresa. Atualmente, a empresa Aliar Engenharia possui no local 18 casas construídas e entregues aos novos proprietários (Figura 01).

Por se tratar apenas de uma rua com casas construídas lado a lado, não se tratando de um residencial/loteamento/condomínio, não há um sistema de abastecimento geral do empreendimento. O abastecimento das casas é realizado por meio de poços tubulares, onde cada casa possui o seu próprio poço localizado no quintal, que bombeia a água direto para a residência. Não foi observado a presença de reservatórios nas casas. Quanto ao efluente gerado, o mesmo é lançado em fossa do tipo filtro-sumidouro, localizado na frente da casa.

Durante a vistoria, constatou-se que os 18 poços regularizados através da DDOs pelo SIGERH encontram-se em pleno funcionamento, sendo um poço localizado em cada casa. Todas as 18 casas já foram entregues para seus respectivos proprietários, porém, não foi feita a solicitação de mudança de titularidade dos referidos títulos, constando ainda a empresa Aliar Engenharia como responsável pelos poços. Todos os poços possuem estrutura de proteção que limita o acesso ao mesmo e laje de proteção, porém, não apresentam tampa/lacre de proteção adequado e hidrômetro (Figura 02), conforme foi solicitado como condicionante nas Dispensas de Outorga. Ressalta-se que todos os poços foram perfurados sem autorização desta Semas, contrariando Art. 81, inciso IV da Política de Recursos Hídricos do Estado do Pará - Lei n° 6.381/2001.

Ao término da vistoria, foi solicitado aos moradores que encontravam-se presentes no momento, que realizassem a solicitação de troca de titularidade das Dispensas de Outorga para o nome do proprietário de cada residência.

Belém - PA, 09 de dezembro de 2021

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

Marilúcia Teixeira Silva

Marilúcia Teixeira Silva
Gerência de Outorga - SEMAS/PA

Marilúcia Teixeira Silva
Téc. em Gestão de Meio Ambiente
Mat. 8015719/2
GEOUT/COR/DIREH/SEMAS

Nayra Michelly das Chagas Souza

nayra michelly das chagas souza
Gerência de Outorga - SEMAS/PA

Nayra Michelly das Chagas
Téc. em Gestão de Meio Ambiente
Mat. 5952153

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
ALIAR ENGENHARIA LTDA
DATA: 20/10/2021

Tabela 1 - Relação dos títulos de Dispensa de Outorga encontrados no sistema SIGERH, em nome da empresa Aliar Engenharia LTDA.

Nº da DDO	Vazão outorgada	Endereço	Coordenadas geográficas
000.057/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 336	0°52’16”S / 48°6’39”W
000.058/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 337	0°52’18”S / 48°6’39”W
000.060/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 338	0°52’18”S / 48°6’39”W
000.061/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 339	0°52’18”S / 48°6’39”W
000.062/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 340	0°52’18”S / 48°6’40”W
000.063/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 341	0°52’19”S / 48°6’40”W
000.064/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 342	0°52’19”S / 48°6’40”W
000.065/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 343	0°52’19”S / 48°6’40”W
000.456/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 333	0°52’15”S / 48°6’39”W
000.457/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 334	0°52’16”S / 48°6’39”W
000.458/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 335	0°52’16”S / 48°6’39”W
000.459/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 344	0°52’19”S / 48°6’40”W
000.460/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 345	0°52’19”S / 48°6’40”W
000.461/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 346	0°52’19”S / 48°6’40”W
000.462/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 347	0°52’19”S / 48°6’40”W
000.463/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 348	0°52’19”S / 48°6’39”W
000.464/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 349	0°52’19”S / 48°6’40”W
000.465/2021	1 m³/dia	Rua 01, casa 350	0°52’19”S / 48°6’42”W

Figura 1 - Casas construídas pela empresa Aliar Engenharia LTDA, localizadas na rua 01.

Figura 2 - Poço tubular encontrado nas casas construídas pela empresa ALIAR ENGENHARIA LTDA. Todos os 18 poços apresentam o mesmo padrão de construção e são similares ao da foto.

Numero do Protocolo: 2021/0000041120

Origem: Empreendimento - ALIAR ENGENHARIA LTDA

Local, data e hora do envio: Belém - PA, 19/07/2022 14:12

Setor de origem: Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras

Procedimento de origem: GERAD-Tramitação

Funcionário que enviou: Claudio Haydemar de Oliveira Ramos

Setor de destino: Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras

Procedimento de destino: GERAD-Análise

Aos Cuidados de: Qualquer funcionário no procedimento.

Despacho: Após análise do Documento em atendimento a Demanda D - 22-07/00745, foram elaborados 02 (dois) Autos de Infração e 02 (dois) Relatórios Técnicos de Fiscalização, ambos referentes a Empresa Aliar Engenharia LTDA (CNPJ: 23.264.836/0001-07), que são os seguintes: AUT - 1- S/22-06-00644 e Relatório de fiscalização REF - 1-S/22-07-00762; AUT- 1-S/22-06-00646 e Relatório de Fiscalização REF - 1-S/22-07-00763. A seguir, os dezesseis Autos de Infração e Relatórios de fiscalização referentes a Francisco Márcio Parnaíba Crispim (CPF: 844.581.512 -15) que são os seguintes:
(I) AUT - 1-S /22-06-00658 e REF-1-S/22-07-00764;
(II) AUT - 1- S/22-06-00659 e o REF -1-S/22-07-00765;
(III) AUT-1-S/22-06-00660 e o REF - 1-S/22-07-00766;
(IV) AUT - 1 - S/22-06-661 e o REF -1-S/22-07-00767;
(V) AUT - 1 -S/22-06-00662 e o REF -1-S/22-07-00768;
(VI) AUT - 1-S/22-06-00673 e o REF - 1-S/22-07-00769;
(VII) AUT -1-S/22-06-00674 e o REF -1-S/22-07-00770;
(VIII) AUT -1- S/22-06-00676 e o REF -1-S/22-07-00771;
(IX) AUT - 1 - S/22-06-00678 e o REF -1-S/22-07-00772;
(X) AUT - 1 - S/22-06-00682 e o REF -1-S/22-07-00773;
(XI) AUT - 1 - S/22-06-00683 e o REF -1-S/22-07-00774;
(XII) AUT - 1- S/22-06-00684 e o REF -1-S/22-07-00775;
(XIII) AUT - 1 -S/22-06-00685 e o REF -1-S/22-07-00776;
(XIV) AUT - 1-S/22-06-00686 e o REF - 1-S/22-07-00777;
(XV) AUT - 1-S/22-06-00687 e o REF - 1-S/22-07-00778;
(XVI) AUT - 1-S/22-06-00688 e o REF - 1-S/22-07-00779;
os quais seguem para formalização de processo punitivo e notificação dos autuados.

Sugestão:
Que seja realizado fiscalização no empreendimento.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/22-06-00686

SETOR RESPONSÁVEL			
GERAD - Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras			
LAVRATURA	HORA	TIPO DE INFRAÇÃO	ATIVIDADE
20/6/2022	15:58	Poluição / Degradação	Captação de Aguas subterrâneas.

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

Em face de perfurar um (01) poço tubular semi-artesiano para extração de água subterrânea sem a devida autorização pelo órgão ambiental competente.

DADOS DO AUTUADO

NOME / RAZÃO SOCIAL	CPF / CNPJ	RG	TELEFONE
FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM	844.581.512-15	Não informado	Não informado

DESCRIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO	CEP	MUNICÍPIO / UF
RUA BARAO DO RIO BRANCO, 264, BOM JESUS, MAE DO RIO - PA	68675-000	Mãe do Rio / PA

LOCAL DA INFRAÇÃO

MUNICÍPIO / UF	LATITUDE	LONGITUDE
Vigia / PA	S 00°52'19"	W 48°06'39"

DESCRIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO

Rodovia PA 412, rua 01, S/N Bairro da Zona Rural CEP: 68.780 -000 município ; Vigia/PA (Nas mediações do Residencial Jardim do Vale). Rua 01, casa 348, 0°52'19"S / 48°6'39"W

ENQUADRAMENTO

CONTRARIANDO

Art. 81, Inciso IV e VI, Da/Do Lei Estadual nº 6.381/2001
Art. 66, Da/Do Decreto Federal nº 6.514/2008

ENQUANDRANDO-SE

Art. 118, Inciso VI, Da/Do lei Estadual n° 5.887/1995

EM CONSONÂNCIA

Art. 70, Da/Do lei Federal n° 9.605/1998
Art. 225, Da/Do Constituição Federal 1988

OBSERVAÇÕES

Estes Autos de Infração foram lavrados nesta SEMAS/PA, com base no RT nº 15907/GEOUT/2021, em 09/12/2021,constante DOC nº 41120/2021, em 09/12/2021.

Sujeitando-se as penalidades previstas no art. 119, Incisos I ao XIII, da Lei Estadual nº 5.887 e 09/05/95. Ficando o infrator notificado a apresentar, querendo, defesa por escrito, no prazo de 15 dias (corridos), à SEMAS.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/22-06-00686

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

(Assinado digitalmente em 12/7/2022 13:29)
Claudio Haydemar de Oliveira Ramos
Agente de Fiscalização
Matrícula: 5954898-1
Portaria: 133/2021
Setor: GERAD - Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras

AUTUADO

O autuado recebeu a primeira via do presente auto do qual ficou ciente em: Vigia, 20 de Junho de 2022

FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM

TESTEMUNHAS

(Assinado digitalmente em 12/7/2022 13:29)
Gustavo Aires Sarmanho
Matrícula: 5954934-1
GERAD - Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras

(Assinado digitalmente em 12/7/2022 13:29)
Bruno Frias Caraciolo
Matrícula: 5954945-1
GERAD - Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO: REF-1-S/22-07-00777

SETOR RESPONSÁVEL GERAD - Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras		
DEMANDA D-22-07/00745	INFRATOR Identificado	DATA DA AÇÃO 20/6/2022

OBJETIVO
Analisar o referido documento-2021/0000041120 - Dispensa de Outorga SIGERH

DESCRIÇÃO DE ACESSO
Rodovia PA 412, rua 01, S/N Bairro da Zona Rural CEP: 68.780 -000 município ; Vigia/PA (Nas mediações do Residencial Jardim do Vale).

PRESTADOR DE INFORMAÇÃO
Informações obtidas através do DOC nº 41120/2021, em atendimento ao RT nº 15907/GEOUT/2021, em 09/12/2021.

DA FISCALIZAÇÃO
Este relatório trata dos procedimentos adotados pela Gerência de Fiscalização de Atividades poluidoras e Degradadoras - GERAD, através do DOC nº 41120/2021, em 18/04/2022, conforme a solicitação feita pela gerência de Outorga, através do RT nº 15907/GEOUT/2021 em 09/12/2021, visando verificar a situação de 18 (dezoito) poços regularizados através de títulos de Dispensa de Outorga emitidos via SIGERH em nome da Empresa Aliar Engenharia LTDA. Tendo sido realizado no dia 20/10/2021, no município de Vigia/PA, uma vistoria IN loco nas casas pertencentes ao empreendimento por parte dos Técnicos pertencentes a Diretoria de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos, desta SEMAS/PA e conforme o relatório, constatou-se o seguinte:
A empresa perfurou 18(dezoito) poços tubulares de água subterrâneas sem a licença para perfurar sem a devida Outorga, conforme o Art. 81. Inciso IV da Lei n° 6.381/2001, SEMAS/PA, que trata da Política de Recursos Hídricos do Estado do Pará. Sendo que todas em nome da empresa e a sua localização nos quintais das casas construídas pela empresa, e todos em pleno funcionamento.
E sendo que dos 18 títulos de dispensa de outorga em nome do empreendimento Aliar Engenharia LTDA, onde destas, 16 estão cadastradas em nome de Francisco Márcio Parnaiba Crispim CPF nº 844.581.512-15, e duas estão cadastrados na Empresa Aliar Engenharia LTDA de CNPJ n° 23.264.836/0001-07, sendo que as casas estão localizados nas mediações do empreendimento Residencial Jardim do Valle.
O Empreendimento Aliar Engenharia LTDA realizou cadastro dos títulos de Dispensa de Outorga no SIGERH sem ter realizado o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH, é um documento técnico especifico exigido no ato do cadastro, sendo que, quando o empreendimento não possui o CNARH, o mesmo é solicitado como condicionante do Título. E esta situação não ocorreu com os 18 títulos de Dispensa, ficando subentendido que o empreendimento anexou outro documento no lugar. Portanto, sem autorização para uso desse recursos hídricos.
Além disso a empresa não apresentou a Licença de Operação para realização do empreendimento. Por não apresentar a licença Ambiental do Empreendimento como consta a cópia do e-mail em anexo II enviado ao engenheiro responsável da empresa conforme consta no Relatório Técnico nº 15908/GEOUT/2021, em 09/12/2021, e não tendo apresentando qualquer justificativa e nenhum comunicado a SEMAS/PA. Portanto sem a devida Licença ambiental. Neste caso especifico será solicitado a GERAD/DIFISC, uma fiscalização no local do empreendimento.

CONCLUSÃO
Pelo acima exposto na sede desta Secretaria de Estado de meio Ambiente e Sustentabilidade, foi lavrado AUTO DE INFRAÇÃO -AUT - 1-S/22-06-00686, em referência ao poço tubular funcionando sem a devida Licença de Outorga de Direito de uso, cadastrado em nome de Francisco Márcio Parnaiba Crispim (CPF: 844.581.512 -15), de acordo com a vistoria IN LOCO realizado no empreendimento conforme consta no Relatório Técnico nº 15907/GEOUT/2021, em 09/12/2021. Portanto, não cumpriu com as orientações das Leis Ambientais.

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO: REF-1-S/22-07-00777

RECOMENDAÇÕES
Cópia deste Relatório dos Autos de Infração lavrados deverá ser encaminhados á CONJUR para devida análise Jurídica.
Que seja realizado fiscalização no empreendimento.

AUTO DE INFRAÇÃO AUT-1-S/22-06-00686

INFRAÇÃO

Em face de perfurar um (01) poço tubular semi-artesiano para extração de água subterrânea sem a devida autorização pelo órgão ambiental competente.

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

(Assinado digitalmente em 19/7/2022 11:35)
Claudio Haydemar de Oliveira Ramos
Agente de Fiscalização
Matrícula: 5954898-1
Portaria: 133/2021
Setor: GERAD - Gerência Fiscalização de Atividades Poluidoras e Degradadoras

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO: REF-1-S/22-07-00777

ANEXOS

AUTO DE INFRAÇÃO AUT-1-S/22-06-00686

ENQUADRAMENTOS		
Contrariando o Art. 81, Inciso IV e VI, Da/Do Lei Estadual nº 6.381/2001 Contrariando o Art. 66, Da/Do Decreto Federal nº 6.514/2008 Enquandrando-se no Art. 118, Inciso VI, Da/Do lei Estadual n° 5.887/1995 Em consonância com o Art. 70, Da/Do lei Federal n° 9.605/1998 Em consonância com o Art. 225, Da/Do Constituição Federal 1988		
MUNICÍPIO Vigia	LATITUDE S 00°52'19"	LONGITUDE W 48°06'39"
DESCRIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO Rodovia PA 412, rua 01, S/N Bairro da Zona Rural CEP: 68.780 -000 município ; Vigia/PA (Nas mediações do Residencial Jardim do Vale). Rua 01, casa 348, 0°52'19"S / 48°6'39"W		

Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Diretoria de Fiscalização Ambiental - DIFISC

Belém - PA, 10 de Agosto de 2022

Notificação N°.: 159987/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2022

Á
FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM
End: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 264 - BAIRRO: BOM JESUS
CEP: 68675-000 Mãe do Rio - PA

Pelo presente instrumento, fica ao senhor **FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM,** notificada de acordo com os autos do Processo Administrativo Infracional nº **26869/2022 n**o qual consta o Auto de Infração nº **AUT-1-S/22-06-00686,** lavrado por esta Secretaria, ante a constatação do exercício de Captação de águas subterrâneas, em face de perfurar 1 (um) poço tubular semi-artesiano para extração de água subterrânea sem a devida autorização pelo órgão ambiental competente, **contrariando** o Art. 81, Inciso IV e VI, da Lei Estadual nº 6.381/2001 e do Art. 66, do Decreto Federal nº 6.514/2008, **enquadrando-se** no Art. 118, Inciso VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, **em consonância** com o Art. 70, da Lei Federal nº 9.605/1998 e do Art. 225, da Constituição Federal 1988.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto no prazo de 15 dias a contar da data de ciência da presente notificação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/1995.

Esta notificação, juntamente com uma via do Auto de Infração será encaminhada via correios.

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

- Adrielle Baia Rodrigues 10/08/2022 - 17:02;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: https:///titulo.page.link/YZ5U

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

Julgamento de Auto de Infração

MJ Nº: 13734/CONJUR/GABSEC/2024

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROTOCOLO

Protocolo

Número: 2022/0000026869 - **Data Protocolo:** 01/08/2022

Empreendimento

- **Nome / Razão Social / Denominação:** FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM - FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM

Assunto
JULGAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO

ANÁLISE JURÍDICA

Em consonância com o Parecer Jurídico nº 35239, julgo procedente o Auto de Infração AUT-1-S/22-06-00686, lavrado em face de FRANCISCO MARCIO PARNAÍBA CRISPIM, em razão da constatação da infração ambiental consistente no art. 81, incisos IV e VI da Lei Estadual nº 6.381/2001 c/c art. 66 do Decreto Federal 6514/2008, art. 118, inciso VI da lei estadual 5887/1995 art. 70 Lei Federal nº 9.605/1998 e art. 225 da Constituição Federal de 1988, a penalidade de MULTA de 900 UPF'S já considerado o desconto das atenuantes previstas no artigo 16, inciso IV, parágrafo único incisos I e II e 17, Inciso I, ambos da Lei Estadual n.º 9.575/2022, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, cabendo como opção a conciliação no que tange à multa imposta junto ao núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM, nos termos da Lei estadual n.º 9.575/2022.

Notifique-se o interessado da decisão.

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Belém - PA, 21 de fevereiro de 2024

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

José Mauro de Lima O' de Almeida, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, 21/02/2024 13:26;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser

conferida no endereço: https://titulo.page.link/9kqT

Gmail

Protocolo Semas <protocolo@citsemas.pa.gov.br>

APRESENTAÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

1 mensagem

Larissa <contato@ramosevaladao.com.br> 10 de maio de 2024 às 15:02
Para: Protocolo <protocolo@semas.pa.gov.br>

Prezados,

Na qualidade de representante do Sr FRANCISCO MARCIO PARNAIBA CRISPIM, segue recurso administrativo para apreciação, referente ao AUTO DE INFRAÇÃO - AUT Nº1-S/22-06-00686.

Atenciosamente,

William Ramos

OAB/PA 18.934

11 anexos

2. PROCURAÇAO FRANCISCO CRISPIM ass.pdf
360K

3. DOCS FRANCISCO CRISPIM - 2024.pdf
943K

4. OAB- William.pdf
208K

5. SEMAS - NOT 171109.pdf
2837K

6. COPIA INTEGRAL DOS AUTOS - SEMAS ASS.pdf
268K

7. Gmail - SOLICITAÇAO CÓPIA INTEGRAL.pdf
82K

8. DEFESA ADMINISTRATIVA - DOC-37194-2022.pdf
3799K

9. DOC-41120-2021 - AUT-1-S_22-06-00686.pdf
1054K

10. NOT. 159987.pdf
160K

11. JULGAMENTO AUTO DE INFRAÇÃO - 13734.pdf
305K

1. Recurso Administrativo ass.pdf
472K